



CÓD: OP-020AG-24
7908403560530

NOVO MUNDO-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MATO GROSSO

Professor Pedagogo

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2024

Língua Portuguesa

1. Leitura e interpretação de texto	7
2. Noções gerais de gramática. Fonologia	7
3. Ortografia	7
4. Acentuação gráfica	8
5. Estrutura e formação de palavras	9
6. Verbos: tempo, modo, cargo - substantivos: classificação e cargo – flexão de gênero, número e grau, formação e análise - artigo - adjetivo: conceito, classificação correspondência e locuções adjetivas, flexões - advérbios: classificação, flexão, grau e cargo – numeral: tipos e cargo - pronomes: conceito, classificação - preposição - conjunções - interjeições.....	10
7. Sintaxe: frase, oração, período - pontuação - tipos de frases - complementos verbais e nominais - vozes verbais – orações subordinadas - orações coordenadas	16
8. Concordância Nominal e Verbal	20
9. Regência verbal e nominal.....	22
10. Problemas gerais da língua culta: grafia de palavras e expressões.....	23
11. Crase	25
12. Derivação prefixal e sufixal	25
13. Recursos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos	25
14. Figuras de linguagem - figuras de palavra - figuras de pensamento.....	25
15. Significação das palavras	27
16. Vícios de linguagem.....	28

Matemática

1. Conjunto de números: naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais, operações, expressões (cálculo), problemas, raiz quadrada.....	35
2. MDC e MMC - cálculo - problemas	41
3. Porcentagem.....	42
4. Juros Simples	44
5. Regras de três simples e composta.....	46
6. Sistema de medidas: comprimento, superfície, massa, capacidade, tempo, volume	47
7. Sistema Monetário Nacional (Real)	49
8. Equações: 1° e 2° graus; Inequações do 1° grau	51

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos históricos, geográficos, econômicos, culturais e sociais do estado. Alguns tópicos que podem ser abordados incluem a história de Mato Grosso do Sul, sua formação geológica, principais cidades e regiões, indicadores econômicos, manifestações culturais tradicionais, personalidades importantes da história Sul Matogrossense. FONTES: Imprensa escrita, falada, televisiva e internet; Almanaque Editora Abril – última; Livros diversos sobre História, Geografia, Estudos Sociais e Meio Ambiente	55
2. Cultura Geral (Nacional e Internacional);.....	63
3. História e Geografia do Brasil.....	70
4. Atualidades Nacionais e Internacionais	123

5. Meio Ambiente	124
6. Cidadania	135
7. Direitos Sociais – Individuais e Coletivos	136
8. Ciências Físicas e Biológicas – Ciência Hoje	140

Informática

1. Introdução a Tecnologia da informação e comunicação na Educação: o desenvolvimento das telecomunicações; informática instrumental	145
2. Educação, linguagens multimídia e gadgets: Hardware Livre e Software Livre; Redes Sociais; Dispositivos móveis.....	145
3. Equipamentos de informática: projetor multimídia (conexões, diferentes modelos, compatibilidade com computador e configuração com diferentes computadores); “Lousa Digital” e “Lousa Interativa” (potencial e disponibilidade); Aparelho de rede sem fio (passos básicos para identificar uma rede e configurar um aparelho para acesso sem fio); Projeto robótica educacional (casos de sucesso, olimpíada de robótica, hardware livre e proprietário, demonstração dos equipamentos)	146
4. Colaboração na educação contemporânea: ferramentas de software gratuitas para colaboração; Portais de Conteúdo Educacional; Blog, Wiki, Vlog, Redes Sociais Temáticas; Ambientes Virtuais de Aprendizagem	147
5. Análise e Construção de Objetos de Aprendizagem	148
6. Construção de sites: construção de site para apresentar os conteúdos vistos num componente curricular	149
7. Arquivos e impressoras: compartilhamento, instalação e acessos	149
8. Administração de usuários: gerenciamento, usuários e grupos, política de segurança e configurações de segurança	150
9. Instalação, configuração e utilização de correio eletrônico	151
10. Noções de sistema operacional Windows)	154
11. Edição de textos, planilhas e apresentações (ambientes Microsoft Office).....	161
12. Redes de computadores. Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e intranet. Sítios de busca e pesquisa na Internet	166
13. Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas	171
14. Segurança da informação; Cópia de segurança; Vírus: características, métodos de combate, formas de ataque e nomenclatura. Segurança da informação. Procedimentos de segurança. Noções de vírus, worms e pragas virtuais. Engenharia social, phishing, smishing e outros golpes	174
15. Procedimentos de backup	177
16. Armazenamento de dados na nuvem (cloud storage)	178

Conhecimentos Específicos

Professor Pedagogo

1. Sociedade, Cultura e Educação	181
2. Aprendizagem e Desenvolvimento	182
3. Tendências Pedagógicas em Educação.....	184
4. Abordagens do processo de Ensino e Aprendizagem	186
5. Concepções de currículo e organização do currículo escolar da educação básica	187
6. Planejamento, Planos e Projetos educativos	188
7. Projeto Político Pedagógico (metodologia de elaboração, implementação, acompanhamento e avaliação).....	189
8. Formação Docente.....	196

ÍNDICE

9. Diversidade Cultural e Inclusão.....	197
10. Avaliação institucional	198
11. Avaliação do processo de Ensino e Aprendizagem	200

Conhecimentos Específicos - Legislação

1. Constituição Federal/88 –Capítulo III Da Educação, da Cultura e do Desporto;Seção I –Da Educação	205
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –Lei 9.394/96 e alterações	208
3. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil –Resolução CNE/CEB nº 05/09.....	225
4. Diretrizes Curriculares Nacionais para a o Ensino Fundamental de 09 anos –Resolução CNE/CEB nº 07/2010.....	227
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica –Resolução CNE/CEB nº 04/2010.....	234
6. Base Nacional Comum Curricular –BNCC.....	244
7. Estatuto da Criança e do Adolescente ECA	283
8. Plano Nacional da Educação – Lei nº 13.005/14.....	320
9. Lei Brasileira de Inclusão – Lei nº 13.146/15	322

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

1. Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.
2. Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.
3. Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.
4. Sublinhe as informações importantes, separando fatos de opiniões.
5. Perceba o enunciado das questões. De um modo geral, questões que esperam **compreensão do texto** aparecem com as seguintes expressões: *o autor afirma/sugere que...; segundo o texto...; de acordo com o autor... Já as questões que esperam **interpretação do texto** aparecem com as seguintes expressões: *conclui-se do texto que...; o texto permite deduzir que...; qual é a intenção do autor quando afirma que...**

NOÇÕES GERAIS DE GRAMÁTICA. FONOLOGIA

A fonética e a fonologia é parte da gramática descritiva, que estuda os aspectos fônicos, físicos e fisiológicos da língua.

Fonética é o nome dado ao estudo dos aspectos acústicos e fisiológicos dos sons efetivos. Com isso, busca entender a produção, a articulação e a variedade de sons reais.

Fonologia é o estudo dos sons de uma língua, denominados fonemas. A definição de fonema é: unidade acústica que não é dotada de significado, e ele é classificado em vogais, semivogais e consoantes. Sua representação escrita é feita entre barras (/ /).

É importante saber diferenciar letra e fonema, uma vez que são distintas realidades linguísticas. A **letra** é a representação gráfica dos sons de uma língua, enquanto o **fonema** são os sons que diferenciam os vocábulos (fala).

Vale lembrar que nem sempre há correspondência direta e exclusiva entre a letra e seu fonema, de modo que um símbolo fonético pode ser repetido em mais de uma letra.

ORTOGRAFIA

A ortografia oficial diz respeito às regras gramaticais referentes à escrita correta das palavras. Para melhor entendê-las, é preciso analisar caso a caso. Lembre-se de que a melhor maneira de memorizar a ortografia correta de uma língua é por meio da leitura, que também faz aumentar o vocabulário do leitor.

Neste capítulo serão abordadas regras para dúvidas frequentes entre os falantes do português. No entanto, é importante ressaltar que existem inúmeras exceções para essas regras, portanto, fique atento!

Alfabeto

O primeiro passo para compreender a ortografia oficial é conhecer o alfabeto (os sinais gráficos e seus sons). No português, o alfabeto se constitui 26 letras, divididas entre **vogais** (a, e, i, o, u) e **consoantes** (restante das letras).

Com o Novo Acordo Ortográfico, as consoantes **K**, **W** e **Y** foram reintroduzidas ao alfabeto oficial da língua portuguesa, de modo que elas são usadas apenas em duas ocorrências: **transcrição de nomes próprios e abreviaturas e símbolos de uso internacional**.

Uso do “X”

Algumas dicas são relevantes para saber o momento de usar o X no lugar do CH:

- Depois das sílabas iniciais “me” e “en” (ex: mexerica; enxergar)
- Depois de ditongos (ex: caixa)
- Palavras de origem indígena ou africana (ex: abacaxi; orixá)

Uso do “S” ou “Z”

Algumas regras do uso do “S” com som de “Z” podem ser observadas:

- Depois de ditongos (ex: coisa)
- Em palavras derivadas cuja palavra primitiva já se usa o “S” (ex: casa > casinha)
- Nos sufixos “ês” e “esa”, ao indicarem nacionalidade, título ou origem. (ex: portuguesa)
- Nos sufixos formadores de adjetivos “ense”, “oso” e “osa” (ex: populoso)

Uso do “S”, “SS”, “Ç”

- “S” costuma aparecer entre uma vogal e uma consoante (ex: diversão)
- “SS” costuma aparecer entre duas vogais (ex: processo)
- “Ç” costuma aparecer em palavras estrangeiras que passaram pelo processo de aportuguesamento (ex: muçarela)

Os diferentes porquês

POR QUE	Usado para fazer perguntas. Pode ser substituído por “por qual motivo”
PORQUE	Usado em respostas e explicações. Pode ser substituído por “pois”
POR QUÊ	O “que” é acentuado quando aparece como a última palavra da frase, antes da pontuação final (interrogação, exclamação, ponto final)
PORQUÊ	É um substantivo, portanto costuma vir acompanhado de um artigo, numeral, adjetivo ou pronome

Parônimos e homônimos

As palavras **parônimas** são aquelas que possuem grafia e pronúncia semelhantes, porém com significados distintos.

Ex: *cumprimento* (saudação) X *comprimento* (extensão); *tráfego* (trânsito) X *tráfico* (comércio ilegal).

Já as palavras **homônimas** são aquelas que possuem a mesma grafia e pronúncia, porém têm significados diferentes. **Ex:** *rio* (verbo “rir”) X *rio* (curso d’água); *manga* (blusa) X *manga* (fruta).

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação é uma das principais questões relacionadas à Ortografia Oficial, que merece um capítulo a parte. Os acentos utilizados no português são: **acento agudo** (´); **acento grave** (`); **acento circunflexo** (^); **cedilha** (ç) e **til** (~).

Depois da reforma do Acordo Ortográfico, a **trema** foi excluída, de modo que ela só é utilizada na grafia de nomes e suas derivações (ex: Müller, mülleriano).

Esses são sinais gráficos que servem para modificar o som de alguma letra, sendo importantes para marcar a sonoridade e a intensidade das sílabas, e para diferenciar palavras que possuem a escrita semelhante.

A sílaba mais intensa da palavra é denominada **sílaba tônica**. A palavra pode ser classificada a partir da localização da sílaba tônica, como mostrado abaixo:

- **OXÍTONA:** a última sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: café)
- **PAROXÍTONA:** a penúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: automóvel)
- **PROPAROXÍTONA:** a antepenúltima sílaba da palavra é a mais intensa. (Ex: lâmpada)

As demais sílabas, pronunciadas de maneira mais sutil, são denominadas **sílabas átonas**.

Regras fundamentais

CLASSIFICAÇÃO	REGRAS	EXEMPLOS
OXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em A, E, O, EM, seguidas ou não do plural • seguidas de -LO, -LA, -LOS, -LAS 	cipó(s), pé(s), armazém respeitá-la, compô-lo, comprometê-los
PAROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • terminadas em I, IS, US, UM, UNS, L, N, X, PS, Ã, ãS, ãO, ãOS • ditongo oral, crescente ou decrescente, seguido ou não do plural (OBS: Os ditongos “EI” e “OI” perderam o acento com o Novo Acordo Ortográfico) 	táxi, lápis, vírus, fórum, cadáver, tórax, bíceps, ímã, órfão, órgãos, água, mágoa, pônei, ideia, geleia, paranoico, heroico
PROPAROXÍTONAS	<ul style="list-style-type: none"> • todas são acentuadas 	cólica, analítico, jurídico, hipérbole, último, álibi

Regras especiais

REGRA	EXEMPLOS
Acentua-se quando “I” e “U” tônicos formarem hiato com a vogal anterior, acompanhados ou não de “S”, desde que não sejam seguidos por “NH” OBS: Não serão mais acentuados “I” e “U” tônicos formando hiato quando vierem depois de ditongo	saída, faisca, baú, país feiura, Bocaiuva, Sauipe
Acentua-se a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo dos verbos “TER” e “VIR” e seus compostos	têm, obtêm, contêm, vêm
Não são acentuados hiatos “OO” e “EE”	leem, voo, enjoo
Não são acentuadas palavras homógrafas OBS: A forma verbal “PÔDE” é uma exceção	pelo, pera, para

ESTRUTURA E FORMAÇÃO DE PALAVRAS

A formação de palavras se dá a partir de processos morfológicos, de modo que as palavras se dividem entre:

- **Palavras primitivas:** são aquelas que não provêm de outra palavra. **Ex:** *flor; pedra*
 - **Palavras derivadas:** são originadas a partir de outras palavras. **Ex:** *floricultura; pedrada*
 - **Palavra simples:** são aquelas que possuem apenas um radical (morfema que contém significado básico da palavra). **Ex:** *cabelo; azeite*
 - **Palavra composta:** são aquelas que possuem dois ou mais radicais. **Ex:** *guarda-roupa; couve-flor*
- Entenda como ocorrem os principais processos de formação de palavras:

Derivação

A formação se dá por derivação quando ocorre a partir de uma palavra simples ou de um único radical, juntando-se afixos.

- **Derivação prefixal:** adiciona-se um afixo anteriormente à palavra ou radical. **Ex:** *antebraço* (ante + braço) / *infeliz* (in + feliz)
- **Derivação sufixal:** adiciona-se um afixo ao final da palavra ou radical. **Ex:** *friorento* (frio + ento) / *guloso* (gula + oso)
- **Derivação parassintética:** adiciona-se um afixo antes e outro depois da palavra ou radical. **Ex:** *esfriar* (es + frio + ar) / *desgovernado* (des + governar + ado)
- **Derivação regressiva (formação deverbal):** reduz-se a palavra primitiva. **Ex:** *boteco* (botequim) / *ataque* (verbo “atacar”)
- **Derivação imprópria (conversão):** ocorre mudança na classe gramatical, logo, de sentido, da palavra primitiva. **Ex:** *jantar* (verbo para substantivo) / *Oliveira* (substantivo comum para substantivo próprio – sobrenomes).

Composição

A formação por composição ocorre quando uma nova palavra se origina da junção de duas ou mais palavras simples ou radicais.

- **Aglutinação:** fusão de duas ou mais palavras simples, de modo que ocorre supressão de fonemas, de modo que os elementos formadores perdem sua identidade ortográfica e fonológica. **Ex:** *aguardente* (água + ardente) / *planalto* (plano + alto)
- **Justaposição:** fusão de duas ou mais palavras simples, mantendo a ortografia e a acentuação presente nos elementos formadores. Em sua maioria, aparecem conectadas com hífen. **Ex:** *beija-flor / passatempo*.

Abreviação

Quando a palavra é reduzida para apenas uma parte de sua totalidade, passando a existir como uma palavra autônoma. **Ex:** *foto* (fotografia) / *PUC* (Pontifícia Universidade Católica).

Hibridismo

Quando há junção de palavras simples ou radicais advindos de línguas distintas. **Ex:** *sociologia* (socio – latim + logia – grego) / *binóculo* (bi – grego + oculus – latim).

Combinação

Quando ocorre junção de partes de outras palavras simples ou radicais. **Ex:** *portunhol* (português + espanhol) / *aborrecente* (aborrecer + adolescente).

Intensificação

Quando há a criação de uma nova palavra a partir do alargamento do sufixo de uma palavra existente. Normalmente é feita adicionando o sufixo *-izar*. **Ex:** *inicializar* (em vez de iniciar) / *protocolizar* (em vez de protocolar).

Neologismo

Quando novas palavras surgem devido à necessidade do falante em contextos específicos, podendo ser temporárias ou permanentes. Existem três tipos principais de neologismos:

- **Neologismo semântico:** atribui-se novo significado a uma palavra já existente. **Ex:** *amarelar* (desistir) / *mico* (vergonha)

- **Neologismo sintático:** ocorre a combinação de elementos já existentes no léxico da língua. **Ex:** *dar um bolo* (não comparecer ao compromisso) / *dar a volta por cima* (superar).
- **Neologismo lexical:** criação de uma nova palavra, que tem um novo conceito. **Ex:** *deletar* (apagar) / *escanear* (digitalizar)

Onomatopeia

Quando uma palavra é formada a partir da reprodução aproximada do seu som. **Ex:** *atchim; zum-zum; tique-taque.*

VERBOS: TEMPO, MODO, CARGO - SUBSTANTIVOS: CLASSIFICAÇÃO E CARGO – FLEXÃO DE GÊNERO, NÚMERO E GRAU, FORMAÇÃO E ANÁLISE - ARTIGO - ADJETIVO: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO CORRESPONDÊNCIA E LOCUÇÕES ADJETIVAS, FLEXÕES - ADVÉRBIOS: CLASSIFICAÇÃO, FLEXÃO, GRAU E CARGO – NUMERAL: TIPOS E CARGO - PRONOMES: CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO - PREPOSIÇÃO - CONJUNÇÕES - INTERJEIÇÕES

Para entender sobre a estrutura das funções sintáticas, é preciso conhecer as classes de palavras, também conhecidas por classes morfológicas. A gramática tradicional pressupõe 10 classes gramaticais de palavras, sendo elas: adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, pronome, preposição, substantivo e verbo.

Veja, a seguir, as características principais de cada uma delas.

CLASSE	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
ADJETIVO	Expressar características, qualidades ou estado dos seres Sofre variação em número, gênero e grau	Menina <i>inteligente</i> ... Roupa <i>azul-marinho</i> ... Brincadeira <i>de criança</i> ... Povo <i>brasileiro</i> ...
ADVÉRBIO	Indica circunstância em que ocorre o fato verbal Não sofre variação	A ajuda chegou <i>tarde</i> . A mulher trabalha <i>muito</i> . Ele dirigia <i>mal</i> .
ARTIGO	Determina os substantivos (de modo definido ou indefinido) Varia em gênero e número	A galinha botou <i>um</i> ovo. <i>Uma</i> menina deixou <i>a</i> mochila no ônibus.
CONJUNÇÃO	Liga ideias e sentenças (conhecida também como conectivos) Não sofre variação	Não gosto de refrigerante <i>nem</i> de pizza. Eu vou para a praia <i>ou</i> para a cachoeira?
INTERJEIÇÃO	Exprime reações emotivas e sentimentos Não sofre variação	<i>Ah!</i> Que calor... Escapei por pouco, <i>ufa!</i>
NUMERAL	Atribui quantidade e indica posição em alguma sequência Varia em gênero e número	Gostei muito do <i>primeiro</i> dia de aula. <i>Três</i> é a <i>metade</i> de <i>seis</i> .
PRONOME	Acompanha, substitui ou faz referência ao substantivo Varia em gênero e número	Posso <i>ajudar</i> , senhora? <i>Ela me</i> ajudou muito com o <i>meu</i> trabalho. <i>Esta</i> é a casa <i>onde</i> eu moro. <i>Que</i> dia é hoje?
PREPOSIÇÃO	Relaciona dois termos de uma mesma oração Não sofre variação	Espero <i>por</i> você essa noite. Lucas gosta <i>de</i> tocar violão.
SUBSTANTIVO	Nomeia objetos, pessoas, animais, alimentos, lugares etc. Flexionam em gênero, número e grau.	A <i>menina</i> jogou sua <i>boneca</i> no rio. A <i>matilha</i> tinha muita <i>coragem</i> .
VERBO	Indica ação, estado ou fenômenos da natureza Sofre variação de acordo com suas flexões de modo, tempo, número, pessoa e voz. Verbos não significativos são chamados verbos de ligação	Ana se <i>exercita</i> pela manhã. Todos <i>parecem</i> meio bobos. <i>Chove</i> muito em Manaus. A cidade <i>é</i> muito bonita quando vista do alto.

Substantivo

Tipos de substantivos

Os substantivos podem ter diferentes classificações, de acordo com os conceitos apresentados abaixo:

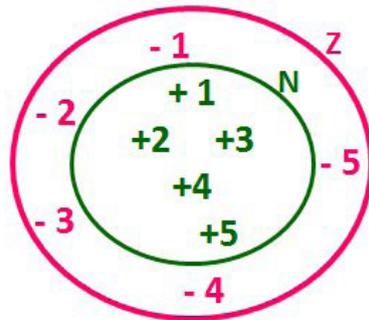
- Comum: usado para nomear seres e objetos generalizados. **Ex:** *mulher; gato; cidade*...
- Próprio: geralmente escrito com letra maiúscula, serve para especificar e particularizar. **Ex:** *Maria; Garfield; Belo Horizonte*...
- Coletivo: é um nome no singular que expressa ideia de plural, para designar grupos e conjuntos de seres ou objetos de uma mesma espécie. **Ex:** *matilha; enxame; cardume*...

MATEMÁTICA

CONJUNTO DE NÚMEROS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS, IRRACIONAIS, REAIS, OPERAÇÕES, EXPRESSÕES (CÁLCULO), PROBLEMAS, RAIZ QUADRADA

Conjunto dos números inteiros - z

O conjunto dos números inteiros é a reunião do conjunto dos números naturais $N = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots, n, \dots\}$, $(N \subset Z)$; o conjunto dos opostos dos números naturais e o zero. Representamos pela letra Z.



$N \subset Z$ (N está contido em Z)

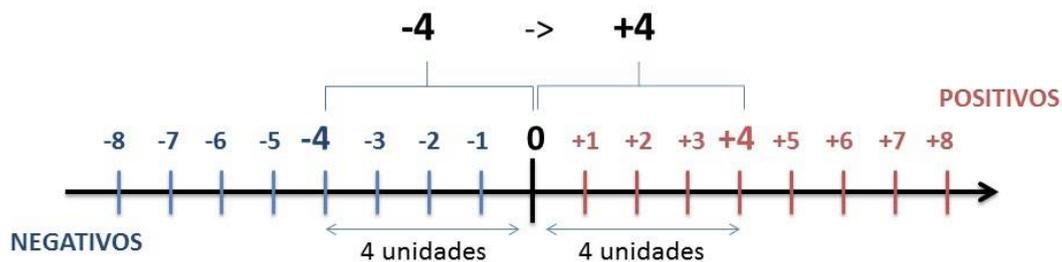
Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Z^*	Conjunto dos números inteiros não nulos
+	Z_+	Conjunto dos números inteiros não negativos
* e +	Z^*_+	Conjunto dos números inteiros positivos
-	Z_-	Conjunto dos números inteiros não positivos
* e -	Z^*_-	Conjunto dos números inteiros negativos

Observamos nos números inteiros algumas características:

- **Módulo:** distância ou afastamento desse número até o zero, na reta numérica inteira. Representa-se o módulo por $| \cdot |$. O módulo de qualquer número inteiro, diferente de zero, é sempre positivo.

- **Números Opostos:** dois números são opostos quando sua soma é zero. Isto significa que eles estão a mesma distância da origem (zero).



Somando-se temos: $(+4) + (-4) = (-4) + (+4) = 0$

Operações

• **Soma ou Adição:** Associamos aos números inteiros positivos a ideia de ganhar e aos números inteiros negativos a ideia de perder.

ATENÇÃO: O sinal (+) antes do número positivo pode ser dispensado, mas o sinal (-) antes do número negativo nunca pode ser dispensado.

• **Subtração:** empregamos quando precisamos tirar uma quantidade de outra quantidade; temos duas quantidades e queremos saber quanto uma delas tem a mais que a outra; temos duas quantidades e queremos saber quanto falta a uma delas para atingir a outra. A subtração é a operação inversa da adição. O sinal sempre será do maior número.

ATENÇÃO: todos parênteses, colchetes, chaves, números, ..., entre outros, precedidos de sinal negativo, tem o seu sinal invertido, ou seja, é dado o seu oposto.

Exemplo:

(FUNDAÇÃO CASA – AGENTE EDUCACIONAL – VUNESP) Para zelar pelos jovens internados e orientá-los a respeito do uso adequado dos materiais em geral e dos recursos utilizados em atividades educativas, bem como da preservação predial, realizou-se uma dinâmica elencando “atitudes positivas” e “atitudes negativas”, no entendimento dos elementos do grupo. Solicitou-se que cada um classificasse suas atitudes como positiva ou negativa, atribuindo (+4) pontos a cada atitude positiva e (-1) a cada atitude negativa. Se um jovem classificou como positiva apenas 20 das 50 atitudes anotadas, o total de pontos atribuídos foi

- (A) 50.
- (B) 45.
- (C) 42.
- (D) 36.
- (E) 32.

Resolução:

50-20=30 atitudes negativas
 20.4=80
 30.(-1)=-30
 80-30=50

Resposta: A

• **Multiplicação:** é uma adição de números/ fatores repetidos. Na multiplicação o produto dos números a e b , pode ser indicado por $a \times b$, $a \cdot b$ ou ainda ab sem nenhum sinal entre as letras.

• **Divisão:** a divisão exata de um número inteiro por outro número inteiro, diferente de zero, dividimos o módulo do dividendo pelo módulo do divisor.

ATENÇÃO:

- 1) No conjunto Z , a divisão não é comutativa, não é associativa e não tem a propriedade da existência do elemento neutro.
- 2) Não existe divisão por zero.
- 3) Zero dividido por qualquer número inteiro, diferente de zero, é zero, pois o produto de qualquer número inteiro por zero é igual a zero.

Na multiplicação e divisão de números inteiros é muito importante a **REGRA DE SINAIS:**

Sinais iguais (+) (+); (-) (-) = resultado sempre positivo .
Sinais diferentes (+) (-); (-) (+) = resultado sempre negativo .

Exemplo:

(PREF.DE NITERÓI) Um estudante empilhou seus livros, obtendo uma única pilha 52cm de altura. Sabendo que 8 desses livros possui uma espessura de 2cm, e que os livros restantes possuem espessura de 3cm, o número de livros na pilha é:

- (A) 10
- (B) 15
- (C) 18
- (D) 20
- (E) 22

Resolução:

São 8 livros de 2 cm: $8 \cdot 2 = 16$ cm
 Como eu tenho 52 cm ao todo e os demais livros tem 3 cm, temos:

$52 - 16 = 36$ cm de altura de livros de 3 cm
 $36 : 3 = 12$ livros de 3 cm

O total de livros da pilha: $8 + 12 = 20$ livros ao todo.

Resposta: D

• **Potenciação:** A potência a^n do número inteiro a , é definida como um produto de n fatores iguais. O número a é denominado a **base** e o número n é o **expoente**. $a^n = a \times a \times a \times a \times \dots \times a$, a é multiplicado por a n vezes. Tenha em mente que:

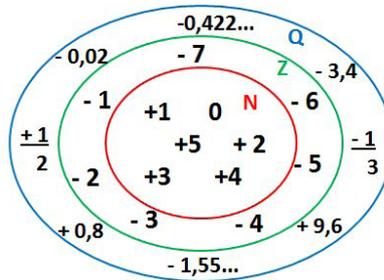
- Toda potência de **base positiva** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente par** é um número **inteiro positivo**.
- Toda potência de **base negativa** e **expoente ímpar** é um número **inteiro negativo**.

Propriedades da Potenciação

- 1) Produtos de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e somam-se os expoentes. $(-a)^3 \cdot (-a)^6 = (-a)^{3+6} = (-a)^9$
- 2) Quocientes de Potências com bases iguais: Conserva-se a base e subtraem-se os expoentes. $(-a)^8 : (-a)^6 = (-a)^{8-6} = (-a)^2$
- 3) Potência de Potência: Conserva-se a base e multiplicam-se os expoentes. $[(-a)^5]^2 = (-a)^{5 \cdot 2} = (-a)^{10}$
- 4) Potência de expoente 1: É sempre igual à base. $(-a)^1 = -a$ e $(+a)^1 = +a$
- 5) Potência de expoente zero e base diferente de zero: É igual a 1. $(+a)^0 = 1$ e $(-b)^0 = 1$

Conjunto dos números racionais – Q

Um número racional é o que pode ser escrito na forma $\frac{m}{n}$, onde m e n são números inteiros, sendo que n deve ser diferente de zero. Frequentemente usamos m/n para significar a divisão de m por n .



N C Z C Q (N está contido em Z que está contido em Q)

Subconjuntos:

SÍMBOLO	REPRESENTAÇÃO	DESCRIÇÃO
*	Q^*	Conjunto dos números racionais não nulos
+	Q_+	Conjunto dos números racionais não negativos
* e +	Q^*_+	Conjunto dos números racionais positivos
-	Q_-	Conjunto dos números racionais não positivos
* e -	Q^*_-	Conjunto dos números racionais negativos

Representação decimal

Podemos representar um número racional, escrito na forma de fração, em número decimal. Para isso temos duas maneiras possíveis:

1º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, um número finito de algarismos. Decimais Exatos:

$$\frac{2}{5} = 0,4$$

2º) O numeral decimal obtido possui, após a vírgula, infinitos algarismos (nem todos nulos), repetindo-se periodicamente Decimais Periódicos ou Dízimas Periódicas:

$$\frac{1}{3} = 0,333...$$

Representação Fracionária

É a operação inversa da anterior. Aqui temos duas maneiras possíveis:

1) Transformando o número decimal em uma fração numerador é o número decimal sem a vírgula e o denominador é composto pelo numeral 1, seguido de tantos zeros quantas forem as casas decimais do número decimal dado. Ex.:

$$0,035 = 35/1000$$

2) Através da fração geratriz. Aí temos o caso das dízimas periódicas que podem ser simples ou compostas.

– *Simplex*: o seu período é composto por um mesmo número ou conjunto de números que se repete infinitamente. Exemplos:

<p>* 0,444... Período: 4 (1 algarismo)</p> $0,444... = \frac{4}{9}$	<p>* 0,313131... Período: 31 (2 algarismos)</p> $0,313131... = \frac{31}{99}$	<p>* 0,278278278... Período: 278 (3 algarismos)</p> $0,278278278... = \frac{278}{999}$
---	---	--

Procedimento: para transformarmos uma dízima periódica simples em fração basta utilizarmos o dígito 9 no denominador para cada quantos dígitos tiver o período da dízima.

– *Composta*: quando a mesma apresenta um ante período que não se repete.

a)

Parte não periódica com o período da dízima menos a parte não periódica

$$0,58\overline{33} \dots = \frac{583 - 58}{900} = \frac{525}{900} = \frac{525 : 75}{900 : 75} = \frac{7}{12}$$

Parte não periódica com 2 algarismos → 583
 Período com 1 algarismo → 33
 1 algarismo 9 → 900
 2 algarismos zeros → 75
 Simplificando → 7/12

Procedimento: para cada algarismo do período ainda se coloca um algarismo 9 no denominador. Mas, agora, para cada algarismo do antiperíodo se coloca um algarismo zero, também no denominador.

b)

Números que não se repetem e período → 6,37777...
 Números que não se repetem → 637-63
 Período igual a 7 1 algarismo → 1 nove → 90
 1 algarismo que não se repete depois da vírgula → 1 zero → 90

$$6,37\overline{777} \dots = \frac{637 - 63}{90} = \frac{574}{90}$$

$$6\frac{34}{90} \rightarrow \text{temos uma fração mista, transformando } - a \rightarrow (6 \cdot 90 + 34) = 574, \text{ logo: } \frac{574}{90}$$

Procedimento: é o mesmo aplicado ao item “a”, acrescido na frente da parte inteira (fração mista), ao qual transformamos e obtemos a fração geratriz.

Exemplo:

(PREF. NITERÓI) Simplificando a expressão abaixo

Obtém-se $\frac{1,3333\dots + \frac{3}{2}}{1,5 + \frac{4}{3}}$:

- (A) 1/2
- (B) 1
- (C) 3/2
- (D) 2
- (E) 3

CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS, ECONÔMICOS, CULTURAIS E SOCIAIS DO ESTADO. ALGUNS TÓPICOS QUE PODEM SER ABORDADOS INCLUEM A HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL, SUA FORMAÇÃO GEOLÓGICA, PRINCIPAIS CIDADES E REGIÕES, INDICADORES ECONÔMICOS, MANIFESTAÇÕES CULTURAIS TRADICIONAIS, PERSONALIDADES IMPORTANTES DA HISTÓRIA SUL MATOGROSSENSE. FONTES: IMPRENSA ESCRITA, FALADA, TELEVISIVA E INTERNET; ALMANAQUE EDITORA ABRIL – ÚLTIMA; LIVROS DIVERSOS SOBRE HISTÓRIA, GEOGRAFIA, ESTUDOS SOCIAIS E MEIO AMBIENTE

Mato Grosso¹ já foi território espanhol. As primeiras excursões feitas no território de Mato Grosso datam de 1525, quando Pedro Aleixo Garcia vai em direção à Bolívia, seguindo as águas dos rios Paraná e Paraguai. Posteriormente portugueses e espanhóis são atraídos à região graças aos rumores de que havia muita riqueza naquelas terras ainda não exploradas devidamente. Também vieram jesuítas espanhóis que construíram missões entre os rios Paraná e Paraguai.

No período “colonial”, a história de Mato Grosso é importantíssima, porque durante esses 9 governos o Brasil defendeu o seu perfil territorial e consolidou a sua propriedade e posse até os limites do rio Guaporé e Mamoré. Foram assim contidas as aspirações espanholas de domínio desse imenso território. Proclamada a nossa independência, os governos imperiais de D. Pedro I e das Regências (1º Império) nomearam para Mato Grosso cinco governantes e os fatos mais importantes ocorridos nesses anos (7/9/1822 a 23/7/1840) foram a oficialização da Capital da Província para Cuiabá (lei nº 19 de 28/8/1835) e a “Rusga” (movimento nativista de matança de portugueses, a 30/05/1834).

Proclamada a 23 de julho de 1840 a maioria de Dom Pedro II, Mato Grosso foi governado por 28 presidentes nomeados pelo Imperador, até à Proclamação de República, ocorrida a 15/11/1889. Durante o Segundo Império (governo de Dom Pedro II), o fato mais importante que ocorreu foi a Guerra da Tríplice Aliança, movida pela República do Paraguai contra o Brasil, Argentina e Uruguai, iniciada a 27/12/1864 e terminada a 01/03/1870 com a morte do Presidente do Paraguai, Marechal Francisco Solano Lopez, em Cerro-Corá.

Os episódios mais notáveis ocorridos em terras mato-grossenses durante os 5 anos dessa guerra foram:

- a) o início da invasão de Mato Grosso pelas tropas paraguaias, pelas vias fluvial e terrestre;
- b) a heroica defesa do Forte de Coimbra.;
- c) o sacrifício de Antônio João Ribeiro e seus comandados no posto militar de Dourados.
- d) a evacuação de Corumbá;
- e) os preparativos para a defesa de Cuiabá e a ação do Barão de Melgaço;

¹ Disponível em <http://www.mt.gov.br/historia> Acesso em 07.06.2022

- f) a expulsão dos inimigos do sul de Mato Grosso e a retirada da Laguna;
- g) a retomada de Corumbá;
- h) o combate do Alegre;

Pela via fluvial vieram 4.200 homens sob o comando do Coronel Vicente Barrios, que encontrou a heroica resistência de Coimbra ocupado por uma guarnição de apenas 115 homens, sob o comando do Tte. Cel. Hermenegildo de Albuquerque Portocarrero. Pela via terrestre vieram 2.500 homens sob o comando do Cel. Isidoro Rasquin, que no posto militar de Dourados encontrou a bravura do Tte. Antônio João Ribeiro e mais 15 brasileiros que se recusaram a rendição, respondendo com uma descarga de fuzilaria à ordem para que se entregassem. Foi aí que o Tte. Antônio João enviou ao Comandante Dias da Silva, de Nioaque, o seu famoso bilhete dizendo: “Ser que morro mas o meu sangue e de meus companheiros será de protesto solene contra a invasão do solo da minha Pátria” A evacuação de Corumbá, desprovida de recursos para a defesa, foi outro episódio notável, saindo a população, através do Pantanal, em direção a Cuiabá, onde chegou, a pé, a 30 de abril de 1865.

Na expectativa dos inimigos chegarem a Cuiabá, autoridades e povo começaram preparativos para a resistência. Nesses preparativos sobressaía a figura do Barão de Melgaço que foi nomeado pelo Governo para comandar a defesa da Capital, organizando as fortificações de Melgaço. Se os invasores tinham intenção de chegar a Cuiabá dela desistiram quando souberam que o Comandante da defesa da cidade era o Almirante Augusto Leverger - o futuro Barão de Melgaço -, que eles já conheciam de longa data. Com isso não subiram além da foz do rio São Lourenço. Expulsão dos invasores do sul de Mato Grosso- O Governo Imperial determinou a organização, no triângulo Mineiro, de uma “Coluna Expedicionária ao sul de Mato Grosso”, composta de soldados da Guarda Nacional e voluntários procedentes de São Paulo e Minas Gerais para repelir os invasores daquela região. Partindo do Triângulo em direção a Cuiabá, em Caxim receberam ordens para seguirem para a fronteira do Paraguai, reprimindo os inimigos para dentro do seu território.

A missão dos brasileiros tornava-se cada vez mais difícil, pela escassez de alimentos e de munições. Para cúmulo dos males, as doenças oriundas das alagações do Pantanal mato-grossense, devastou a tropa. Ao aproximar-se a coluna da fronteira paraguaia, os problemas de alimentos e munições se agravava cada vez mais e quando se efetuou a destruição do forte paraguaio Bela Vista, já em território inimigo, as dificuldades chegaram ao máximo. Decidiu então o Comando brasileiro que a tropa segue até a fazenda Laguna, em território paraguaio, que era propriedade de Solano Lopez e onde havia, segundo se propalava, grande quantidade de gado, o que não era exato. Desse ponto, após repelir violento ataque paraguaio, decidiu o Comando empreender a retirada, pois a situação era insustentável.

Iniciou-se aí a famosa “Retirada da Laguna”, o mais extraordinário feito da tropa brasileira nesse conflito. Iniciada a retirada, a cavalaria e a artilharia paraguaia não davam tréguas à tropa brasi-

leira, atacando-as diariamente. Para maior desgraça dos nacionais veio o cólera devastar a tropa. Dessa doença morreram Guia Lopes, fazendeiro da região, que se ofereceu para conduzir a tropa pelos cerrados sul mato-grossenses, e o Coronel Camisão, Comandante das forças brasileiras. No dia da entrada em território inimigo (abril de 1867), a tropa brasileira contava com 1.680 soldados. A 11 de junho foi atingido o Porto do Canuto, às margens do rio Aquidauana, onde foi considerada encerrada a trágica retirada. Ali chegaram apenas 700 combatentes, sob o comando do Cel. José Thomás Gonçalves, substituído de Camisão, que baixou uma “Ordem do dia”, concluída com as seguintes palavras: “Soldados! Honra à vossa constância, que conservou ao Império os nossos canhões e as nossas bandeiras”.

A Retirada da Laguna

Foi sem dúvida, a página mais brilhante escrita pelo Exército Brasileiro em toda a Guerra da Tríplice Aliança. O Visconde de Tauanay, que dela participou, imortalizou-a num dos mais famosos livros da literatura brasileira. A retomada de Corumbá foi outra página brilhante escrita pelas nossas armas nas lutas da Guerra da Tríplice Aliança. O presidente da Província, então o Dr. Couto de Magalhães, decidiu organizar três corpos de tropa para recuperar a nossa cidade que há quase dois anos se encontrava em mãos do inimigo. O 1º corpo partiu de Cuiabá a 15.05/1867, sob as ordens do Tte. Cel. Antônio Maria Coelho. Foi essa tropa levada pelos vapores “Antônio João”, “Alfa”, “Jaurú” e “Corumbá” até o lugar denominado Alegre. Dali em diante seguiria sozinha, através dos Pantanais, em canoas, utilizando o Paraguai -Mirim, braço do rio Paraguai que sai abaixo de Corumbá e que era confundido com uma “boca de baía”.

Desconfiado de que os inimigos poderiam pressentir a presença dos brasileiros na área, Antônio Maria resolveu, com seus Oficiais, desfechar o golpe com o uso exclusivo do 1º Corpo, de apenas 400 homens e lançou a ofensiva de surpresa. E com esse estratagema e muita luta corpo a corpo, consegui o Comandante a recuperação da praça, com o auxílio, inclusive, de duas mulheres que o acompanhavam desde Cuiabá e que atravessaram trincheiras paraguaias a golpes de baionetas. Quando o 2º Corpo dos Voluntários da Pátria chegou a Corumbá, já encontrou em mãos dos brasileiros. Isso foi a 13/06/1867. No entanto, com cerca de 800 homens às suas ordens o Presidente Couto de Magalhães, que participava do 2º Corpo, teve de mandar evacuar a cidade, pois a varíola nela grassava, fazendo muitas vítimas. O combate do Alegre foi outro episódio notável da guerra. Quando os retirantes de Corumbá, após a retomada, subiam o rio no rumo de Cuiabá, encontravam-se nesse portox “carneando”, ou seja, abastecendo-se de carne para a alimentação da tropa eis que surgem, de surpresa, navios paraguaios tentando uma abordagem sobre os nossos.

A soldadesca brasileira, da barranca, iniciou uma viva fuzilaria e após vários confrontos, venceram as tropas comandadas pela coragem e sangue frio do Comandante José Antônio da Costa. Com essa vitória chegaram os da retomada de Corumbá à Capital da Província (Cuiabá), transmitindo a varíola ao povo cuiabano, perdendo a cidade quase a metade de sua população. Terminada a guerra, com a derrota e morte de Solano Lopez nas “Cordilheiras” (Cerro Corá), a 1º de março de 1870, a notícia do fim do conflito só chegou a Cuiabá no dia 23 de março, pelo vapor “Corumbá”, que chegou ao porto embandeirado e dando salvas de tiros de canhão. Dezenove anos após o término da guerra, foi o Brasil sacudido pela Proclamação da República, cuja notícia só chegou a Cuiabá na madrugada de 9 de dezembro de 1889.

As Minas de Mato Grosso, descobertas e batizadas ainda em 1734 pelos irmãos Paes de Barros, impressionados com a exuberância das 7 léguas de mato espesso, dois séculos depois, mantendo ainda a denominação original, se transformaram no continental Estado de Mato Grosso. O nome colonial setecentista, por bem posto, perdurou até nossos dias.

Assim, em 1718, um bandeirante chamado Pascoal Moreira Cabral Leme subiu pelo rio Coxipó e descobriu enormes jazidas de ouro, dando início à corrida do ouro, fato que ajudou a povoar a região. No ano seguinte foi fundado o Arraial de Cuiabá. Em 1726, o Arraial de Cuiabá recebeu novo nome: Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1748, foi criada a capitania de Cuiabá, lugar que concedia isenções e privilégios a quem ali quisesse se instalar.

As conquistas dos bandeirantes, na região do Mato Grosso, foram reconhecidas pelo Tratado de Madrid, em 1750. No ano seguinte, o então capitão-general do Mato Grosso, Antônio Rolim de Moura Tavares, fundou, à margem do rio Guaporé, a Vila Bela da Santíssima Trindade. Entre 1761 e 1766, ocorreram disputas territoriais entre portugueses e espanhóis, depois daquele período as missões espanholas e os espanhóis se retiraram daquela região, mas o Mato Grosso somente passou a ser definitivamente território brasileiro depois que os conflitos por fronteira com os espanhóis deixaram de acontecer, em 1802.

Na busca de índios e ouro, Pascoal Moreira Cabral e seus bandeirantes paulistas fundaram Cuiabá a 8 de abril de 1719, num primeiro arraial, São Gonçalo Velho, situado nas margens do rio Coxipó em sua confluência com o rio Cuiabá.

Em 1o. de janeiro de 1727, o arraial foi elevado à categoria de vila por ato do Capitão General de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes. A presença do governante paulista nas Minas do Cuiabá ensejou uma verdadeira extorsão fiscal sobre os mineiros, numa obsessão institucional pela arrecadação dos quintos de ouro. Esse fato somado à gradual diminuição da produção das lavras auríferas, fizeram com que os bandeirantes pioneiros fossem buscar o seu ouro cada vez mais longe das autoridades cuiabanas.

Em 1734, estando já quase despovoada a Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, os irmãos Fernando e Artur Paes de Barros, atrás dos índios Parecis, descobriram veio aurífero, o qual resolveram denominar de Minas do Mato Grosso, situadas nas margens do rio Galera, no vale do Guaporé.

Em 1754, vinte anos após descobertas as Minas do Mato Grosso, pela primeira vez o histórico dessas minas foi relatado num documento oficial, onde foi alocado o termo Mato Grosso, e identificado o local onde as mesmas se achavam.

Todavia, o histórico da Câmara de Vila Bela não menciona porque os irmãos Paes de Barros batizaram aquelas minas com o nome de Mato Grosso.

O nome Mato Grosso é originário de uma grande extensão de sete léguas de mato alto, espesso, quase impenetrável, localizado nas margens do rio Galera, percorrido pela primeira vez em 1734 pelos irmãos Paes de Barros. Acostumados a andar pelos cerrados do chapadão dos Parecis, onde apenas havia algumas ilhas de arbustos agrestes, os irmãos aventureiros, impressionados com a altura e porte das árvores, o emaranhado da vegetação secundária que dificultava a penetração, com a exuberância da floresta, a denominaram de Mato Grosso. Perto desse mato fundaram as Minas de São Francisco Xavier e toda a região adjacente, pontilhada de arraiais de mineradores, ficou conhecida na história como as Minas do Mato Grosso.

Apesar de não denominar a Capitania expressamente com o nome de Mato Grosso, somente referindo-se às minas de Cuiabá, no fim do texto da Carta Régia, é denominado plenamente o novo governo como sendo de ambas as minas, Mato Grosso e Cuiabá. Isso ressalva, na realidade, a intenção portuguesa de dar à Capitania o mesmo nome posto anos antes pelos irmãos Paes de Barros. Entende-se perfeitamente essa intenção.

Da Carta Patente e das Instruções da Rainha, o governo colonial mais longínquo, mais ao oriente em terras portuguesas na América, passou a se chamar de Capitania de Mato Grosso, tanto nos documentos oficiais como no trato diário por sua própria população. Logo se assimilou o nome institucional Mato Grosso em desfavor do nome Cuiabá. A vigilância e proteção da fronteira oeste era mais importante que as combalidas minas cuiabanas. A prioridade era Mato Grosso e não Cuiabá.

Com a independência do Brasil em 1822, passou a ser a Província de Mato Grosso, e com a República em 1899, a denominação passou a Estado de Mato Grosso.

A partir do início do século XIX, a extração de ouro diminuiu bastante, dessa maneira, a economia começa um período de decadência e a população daquele estado parar de crescer. Militares e civis dão início a um movimento separatista, em 1892, contra o governo do então presidente Mal. Floriano Peixoto. O movimento separatista é sufocado por intervenção do governo federal.

A economia do estado começa a melhorar com a implantação de estradas de ferro e telégrafos, época em que começam a chegar seringueiros, pessoas que cultivaram erva-mate e criadores de gado.

Em 1894, os salesianos chegaram a Mato Grosso, a pedido do bispo Dom Carlos Luís D'Amour ao fundador Dom Bosco. Os salesianos deixaram histórico rastro cultural em Mato Grosso, notabilizaram-se pelas Missões entre povos indígenas. O conturbado período político de 1889 a 1906 assinalou progressos econômicos. Usinas açucareiras da beira do Rio Cuiabá desenvolveram-se, tornando-se potências econômicas no Estado.

Notabilizaram-se as Usinas da Conceição, Aricá, Itaicy - além de outras.

A produção de borracha tomou notável impulso. Outra fonte de riqueza em crescimento foram os ervais da região fronteira com o Paraguai. Em 1905 tiveram início as obras da estrada de ferro, que cortou o sul do Estado.

A Pecuária, criação de gados e porcos ajudou muito a economia de MT, entre o século XVII e XIX.

Em 1977, Mato Grosso é desmembrado em dois estados: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Manifestações populares e culturais.

A população indígena de Mato Grosso se concentra no Parque Nacional do Xingu, ali vivem tribos indígenas que preservam a tradição do Kuarup, ritual realizado em homenagem aos mortos.

O estado apresenta grande pluralidade cultural, entre os elementos da cultura mato-grossense estão: o Cururu, o Siriri, o Rasqueado Cuiabano, o Boi, a Dança de São Gonçalo, a Dança dos Mascarados e o Congo.

O Mato Grosso ocupa a 11ª posição no ranking nacional de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com média de 0,725.

A taxa estadual de mortalidade infantil é de 19,2 a cada mil crianças nascidas vivas, essa média é a maior do Centro-Oeste.

A taxa de assassinatos por 100 mil habitantes é de 25,2, sendo uma das maiores médias do país.

A maioria dos habitantes é alfabetizada – 89,8%, e 48,7% possuem oito anos ou mais de estudo.

Dança e música²

A dança e a música de Cuiabá têm influências de origem africana, portuguesa, espanhola, indígenas e chiquitana. É um conjunto muito rico de combinações que resultou no rasqueado, siriri, cururu e outros ritmos. Os instrumentos principais que dão ritmo às músicas e danças são: a viola de cocho, ganzá e mocho.

- Cururu: música e dança típica de Mato Grosso. Do modo como é apresentado hoje é uma das mais importantes expressões culturais do estado. Teve origem à época dos jesuítas, quando era executado dentro das igrejas. Mais tarde, após a vinda de outras ordens religiosas, caiu na marginalidade e ruralizou-se. É executada por dois ou mais cururueiros com viola de cocho, ganzás (kere-ke-chê), trovos e carreiras.

- Congo: esta dança é um ato de devoção a São Benedito. No reinado do Congo os personagens representados são: o Rei, o Secretário de Guerra e o Príncipe. Já no reino adversário, Bamba, fica o Embaixador do Rei e doze pares de soldados. Os músicos ficam no reino de Bamba e utilizam: ganzá, viola caipirina, cavaquinho, chocalho e bumbo.

- Chorado: dança surgida na primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela de Santíssima Trindade, no período colonial. A dança leva esse nome, pois representa o choro dos negros escravos para seus senhores para que os perdoassem dos castigos imposto aos transgressores. O ritmo da música é afro, com marcações em palmas, mesa, banco ou tambor.

- Siriri: dança com elementos africanos, portugueses e espanhóis. O nome indígena é referência aos cupins com asa, que voavam num ritmo parecido com a dança nas luminárias. A música é uma variação do cururu, só que com ritmo bem mais rápido. Os instrumentos utilizados são: viola de cocho, o ganzá, o adufe e o mocho. Os versos são cantigas populares, do cotidiano da região.

- Dança dos Mascarados: dança executada durante a Cavalhada em Poconé. É uma apresentação composta apenas por homens - adultos e crianças. Tem esse nome por executarem a dança com máscaras de arame e massa. O ritmo é instrumental com o uso de saxofone, tuba, pistões pratos e tambores. O município de Poconé é o único do Brasil a realizar esse espetáculo.

- Rasqueado: tem origem no siriri e na polca paraguaia. O nome do ritmo é referência ao rasqueado que as unhas fazem no instrumento de corda, uma forma tradicional de tocar instrumentos. Na sua essência utiliza os mesmos instrumentos que o siriri: viola de cocho, mocho, adufe e ganzá. Mas evoluiu para o uso de violões, percussão, sanfona e rabeca.

Linguajar³

É uma terra de vários sotaques. Com influência de Gaúchos, mineiros, paulistas, portugueses, negros, índios e espanhóis, o estado não tem uma fala própria. Em lugares como Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop o acento do sul fica mais evidente.

No entanto, em Mato Grosso, temos o falar cuiabano, talvez o sotaque mais marcado da língua portuguesa. Com expressões próprias como “vôte” e “sem-graceira” esse falar se mistura com uma entonação diferente, como a desnasalização no final de algumas

² Fonte: LOUREIRO, Antônio. *Cultura mato-grossense. Cuiabá, 2006*

³ Fonte: ARRUDA, Antônio. *O Linguajar Cuiabano E Outros Escritos. Cuiabá, 1998.*

palavras. Infelizmente ele é um dos menos retratados na cultura nacional, nunca apareceu em uma novela ou filme de sucesso nacional e não possui uma identificação imediata.

Devido ao seu enorme isolamento por conta da distância e acontecimentos históricos, o linguajar guardou resquícios do português arcaico, misturou-se com o falar dos chiquitanos da Bolívia e dos índios das diversas tribos do estado.

Antônio de Arruda descreveu algumas expressões idiomáticas que são verificadas num glossário do Linguajar Cuiabano:

- É mato - abundante.
- Embromador - tapeador.
- Fuxico - mexerico.
- Fuzuê - confusão, bagunça.
- Gandaia - cair na farra, adotar atitude suspeita.
- Ladino - esperto, inteligente.
- Molóide - fraco.
- Muxirum - mutirão.
- Pau-rodado - pessoa de fora que passa a residir na cidade.
- Perrengue - molóide, fraco.
- Pinchar - jogar fora.
- Quebra torto - desjejum reforçado.
- Ressabiado - desconfiado.
- Sapear - assistir do lado de fora.
- Taludo - crescido desenvolvido fisicamente.
- Trens - objetos, coisas.
- Vote! - Deus me livre

Imaginário popular (mitos e lendas)⁴

• Curripira: este personagem faz parte do folclore nacional, mas tem bastante espaço no meio rural de Mato Grosso. Um garoto com os pés virados, que vaga pela mata aprontando estripulias. Em Mato Grosso diz-se que ele protege os animais selvagens da caça e chama garotos que caçam passarinhos para dentro da mata – esta parte é usada pelos adultos para manter as crianças longe da mata fechada.

• O Minhocão: este ser mítico é o Monstro do Lago Ness de Cuiabá. Relatos dos mais antigos atestam que um ser em forma de uma cobra gigante, com cerca de 20 metros de comprimento e dois de diâmetro, morava nas profundezas do rio e atacava pescadores e banhistas. A lenda percorre toda extensão do rio e foi passada de boca a boca pelos mais velhos.

• Boitatá: o nome quer dizer “cobra de fogo” (boia = cobra / atadá = fogo). É uma cobra transparente que pega fogo como se queimasse por dentro. É um fogo azulado. Sua aparição é maior em locais como o Pantanal, onde o fenômeno de fogo fátuo é mais comum. Esse fenômeno se dá por conta da combustão espontânea de gases emanados de cadáveres e pântanos.

• Cabeça de Pacu: se você estiver de passagem por Mato Grosso é bom ficar atento ao Pacu. De acordo com a lenda local, quem come cabeça de Pacu nunca mais saí de Mato Grosso. Se o viajante for solteiro não tardará a casar com uma moça da terra, caso for casado, vai fincar raízes e permanecer no estado.

Gastronomia⁵

Apesar de ser conhecido como o celeiro do mundo, Mato Grosso tem um enorme potencial também para servir comidas de excelente qualidade. A culinária do estado tem influências da África,

Portugal, Síria, Espanha e dos antigos indígenas. Com a migração dos últimos anos a culinária também agregou alguns pratos típicos de outras regiões brasileiras.

Pratos considerados bem mato-grossenses são: Maria Isabel (carne seca com arroz) o Pacu assado com farofa de couve, a carne seca com banana-da-terra verde, farofa de banana-da-terra madura além do tradicional churrasco pantaneiro que se desenvolveu pelas longas comitivas de gado no pantanal.

O peixe é um alimento farto. Ele é comida frito, assado ou enopado, recheado com farinha de mandioca ou servido com pedaços de mandioca. Os peixes dos rios do estado, carnudos e saborosos, são uma atração turística para quem visita o estado.

Outro elemento bastante presente é o guaraná de ralar, usado principalmente pelos mais velhos que o tomam sempre pela manhã antes de começar o dia.

Podemos destacar a variedade de doces e licores apreciados pelos mato-grossenses. Temos como os mais famosos o Furrundu (doce feito de mamão e rapadura de cana), o doce de mangaba, o doce de goiaba, o doce de caju em calda, o doce de figo, o doce de abóbora, e outros. Como aperitivo temos o licor de pequi, licor de caju, licor de mangaba, e outros.

Patrimônio histórico⁶

O Patrimônio Histórico de Mato Grosso vem sendo revitalizado através de várias ações em âmbito estadual. Imóveis que contam a história coletiva dos povos mato-grossenses, como igrejas e museus, são alvos de projetos de recuperação em várias cidades como Vila Bela de Santíssima Trindade, Diamantino, Rosário Oeste, Cáceres e Poxoréu.

Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho

A igreja dedicada à Nossa Senhora foi uma das primeiras a serem levantadas em Cuiabá, ainda no século XVIII. A construção atual, entretanto, data de 1918, iniciada durante a presidência de Dom Francisco de Aquino Correia, que também era arcebispo de Cuiabá na época. Tombada estadualmente em 1977, a Igreja foi reinaugurada em 2004 após passar por um amplo processo de recuperação feito em parceria pelos governos estadual e federal.

Palácio da Instrução

Belíssima construção em pedra canga, localizada na região central de Cuiabá, ao lado da Catedral Metropolitana. Inaugurado em 1914, é hoje a sede da Secretaria Estadual de Cultura, do Museu de História Natural e Antropologia e da Biblioteca Pública.

O Palácio da Instrução foi reinaugurado no dia 06 de dezembro de 2004. O projeto foi considerado a maior obra de recuperação feita até hoje no Estado.

Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito

A igreja é um dos marcos de fundação da cidade de Cuiabá, tendo sido construída em arquitetura de terra em torno de 1730, próximo às águas do córrego da Prainha, em cujas águas Miguel Sutil descobriu as minas de ouro que impulsionariam a colonização da região.

⁴ Fonte: LOUREIRO, Antônio. *Cultura mato-grossense. Cuiabá, 2006*

⁵ Fonte: LOUREIRO, Antônio. *Cultura mato-grossense. Cuiabá, 2006*

⁶ Fonte: Secretaria de Cultura de Mato Grosso

INFORMÁTICA

INTRODUÇÃO A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DAS TELECOMUNICAÇÕES; INFORMÁTICA INSTRUMENTAL

A integração da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) na educação é um tema amplo e multifacetado, que abrange desde o desenvolvimento das telecomunicações até a aplicação prática da informática como ferramenta de ensino e aprendizagem.

O Desenvolvimento das Telecomunicações

A história das telecomunicações é a espinha dorsal do mundo conectado em que vivemos. Sua evolução começou com a invenção do telégrafo no século XIX, permitindo a comunicação instantânea a longas distâncias pela primeira vez. Isso foi seguido pelo telefone, a radiodifusão (rádio e televisão) e, finalmente, pela Internet e pela telefonia móvel, que revolucionaram a forma como interagimos e acessamos informações.

O impacto dessas inovações no campo da educação é imenso. A capacidade de se conectar e comunicar instantaneamente com pessoas ao redor do mundo abriu novas vias para a educação a distância. Iniciativas como cursos online abertos e massivos (MOOCs), webinars e videoconferências permitiram o acesso à educação de qualidade a um público muito mais amplo, independentemente de sua localização geográfica.

A era digital, marcada pela ascensão da Internet, tem sido particularmente transformadora. A facilidade de acesso a vastas quantidades de informações e recursos educacionais online, como artigos acadêmicos, livros, vídeos e cursos interativos, mudou radicalmente os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem. Além disso, as redes sociais e as plataformas colaborativas online promoveram uma abordagem mais interativa e participativa da educação, permitindo que alunos e professores compartilhem conhecimentos e experiências em um ambiente global.

Informática Instrumental

A informática instrumental refere-se ao uso de computadores e software como ferramentas para facilitar e melhorar os processos de ensino e aprendizagem. Isso inclui desde o uso de aplicativos educacionais e jogos digitais até sistemas de gestão de aprendizagem (LMS) que organizam e distribuem materiais didáticos, acompanham o progresso dos alunos e facilitam a comunicação entre alunos e professores.

Um aspecto fundamental da informática instrumental é a alfabetização digital, que é a capacidade de usar tecnologias de informação e comunicação de forma eficaz. Isto é crucial não apenas para acessar o conhecimento, mas também para participar plenamente da sociedade digital de hoje. Ensinar habilidades digitais básicas, como processamento de texto, uso de planilhas,

apresentações, navegação na web e segurança online, tornou-se uma parte indispensável do currículo em muitas escolas ao redor do mundo.

Além disso, a informática instrumental pode personalizar a experiência de aprendizagem. Ferramentas e algoritmos inteligentes podem adaptar os materiais didáticos às necessidades individuais dos alunos, permitindo um ritmo de aprendizado personalizado e abordagens baseadas em competências. Isso é especialmente valioso em ambientes educacionais inclusivos, onde os alunos têm diversas necessidades de aprendizagem.

A utilização de bancos de dados, programação e análise de dados em educação também faz parte da informática instrumental. Essas ferramentas podem ajudar na realização de pesquisas, na análise de tendências educacionais e no desenvolvimento de políticas baseadas em evidências, melhorando assim a qualidade e a eficácia do ensino.

A Tecnologia da Informação e Comunicação na educação representa uma revolução na forma como o conhecimento é transmitido, acessado e aplicado. O desenvolvimento das telecomunicações e a informática instrumental não são apenas aspectos técnicos da modernidade, mas também catalisadores para uma transformação educacional abrangente. Eles promovem a inclusão, personalizam a aprendizagem e expandem o acesso à educação, preparando assim alunos de todas as idades para viver e prosperar na sociedade da informação do século XXI. À medida que a tecnologia continua a evoluir, também evoluirão os métodos e as práticas de ensino, indicando um futuro promissor para a integração das TIC na educação.

EDUCAÇÃO, LINGUAGENS MULTIMÍDIA E GADGETS: HARDWARE LIVRE E SOFTWARE LIVRE; REDES SOCIAIS; DISPOSITIVOS MÓVEIS

A integração de linguagens multimídia e gadgets na educação representa uma evolução significativa nos métodos de ensino e aprendizagem. Este texto visa explorar a relação entre educação, linguagens multimídia, e o uso de gadgets, enfocando três aspectos cruciais: Hardware Livre e Software Livre, Redes Sociais, e Dispositivos Móveis. Esses elementos juntos criam um ecossistema rico e dinâmico para facilitar e enriquecer a experiência educacional.

Hardware Livre e Software Livre

O conceito de Hardware Livre refere-se a dispositivos físicos cujas especificações e diagramas são abertos ao público, permitindo que qualquer pessoa os fabrique, modifique ou distribua. Da mesma forma, o Software Livre é caracterizado por programas que podem ser livremente usados, copiados, estudados, modificados e redistribuídos. Ambos são fundamentais na educação por várias razões.

Primeiro, eles promovem uma cultura de aprendizado colaborativo e compartilhamento de conhecimento, valores que são essenciais em ambientes educacionais. Alunos e professores podem modificar e melhorar softwares e hardwares para atender às suas necessidades específicas, promovendo uma experiência de aprendizado mais adaptativa e personalizada.

Segundo, o uso de Hardware Livre e Software Livre pode reduzir significativamente os custos associados à aquisição de tecnologia educacional. Isso é especialmente relevante para instituições com recursos limitados, permitindo-lhes acessar ferramentas tecnológicas avançadas sem o ônus financeiro.

Terceiro, eles servem como excelentes ferramentas pedagógicas para ensinar conceitos de ciência da computação, engenharia e matemática. Projetos que utilizam Arduino (uma plataforma de hardware livre) ou Raspberry Pi, por exemplo, podem proporcionar experiências práticas em programação, eletrônica e robótica.

Redes Sociais

As redes sociais transformaram a maneira como interagimos, compartilhamos informações e aprendemos. No contexto educacional, elas oferecem plataformas poderosas para a colaboração, o compartilhamento de recursos e a construção de comunidades de aprendizado.

Uma das maiores vantagens das redes sociais na educação é a capacidade de conectar alunos e professores além das barreiras físicas da sala de aula. Fóruns, grupos de discussão e plataformas de mídia social podem facilitar a interação contínua, o suporte entre colegas e o acesso a uma vasta rede de especialistas e recursos educacionais.

Além disso, as redes sociais podem ser utilizadas para projetos colaborativos, debates online e atividades de aprendizagem baseadas em pesquisa, incentivando a participação ativa dos alunos e o desenvolvimento de habilidades críticas de pensamento e análise.

Dispositivos Móveis

A ubiquidade dos dispositivos móveis abriu novas possibilidades para o aprendizado móvel (m-learning). Smartphones e tablets, equipados com uma ampla gama de aplicativos educacionais, permitem o acesso ao aprendizado a qualquer hora e lugar, proporcionando uma flexibilidade sem precedentes na educação.

Os dispositivos móveis podem ser utilizados para uma variedade de propósitos educacionais, como acesso a material de curso, realização de pesquisas, gravação de experimentos, documentação de trabalhos de campo, e até mesmo como ferramentas interativas em sala de aula. Eles também oferecem oportunidades para aprendizado personalizado, adaptando-se ao ritmo e estilo de aprendizado de cada aluno.

Além disso, a realidade aumentada (AR) e a realidade virtual (VR), tecnologias cada vez mais acessíveis através de dispositivos móveis, oferecem experiências de aprendizado imersivas e interativas que podem transformar conceitos abstratos em realidades tangíveis, melhorando o engajamento e a compreensão dos alunos.

A intersecção de educação, linguagens multimídia e gadgets está redefinindo o panorama educacional, oferecendo oportunidades ilimitadas para inovação, personalização e colaboração no aprendizado. O uso estratégico de Hardware Livre e Software Livre, redes sociais e dispositivos móveis não apenas melhora o acesso à educação, mas também enriquece a qualidade do ensino e aprendizagem, preparando os alunos para prosperar em um mundo digitalmente conectado. À medida que avançamos, é essencial que

educadores e formuladores de políticas reconheçam e integrem essas ferramentas e abordagens em seus currículos e práticas pedagógicas, garantindo uma educação inclusiva e equitativa para todos.

EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA: PROJETO MULTIMÍDIA (CONEXÕES, DIFERENTES MODELOS, COMPATIBILIDADE COM COMPUTADOR E CONFIGURAÇÃO COM DIFERENTES COMPUTADORES); “LOUSA DIGITAL” E “LOUSA INTERATIVA” (POTENCIAL E DISPONIBILIDADE); APARELHO DE REDE SEM FIO (PASSOS BÁSICOS PARA IDENTIFICAR UMA REDE E CONFIGURAR UM APARELHO PARA ACESSO SEM FIO); PROJETO ROBÓTICA EDUCACIONAL (CASOS DE SUCESSO, OLIMPIADA DE ROBÓTICA, HARDWARE LIVRE E PROPRIETÁRIO, DEMONSTRAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS)

No cenário educacional contemporâneo, os equipamentos de informática desempenham um papel fundamental, não apenas como ferramentas de ensino, mas como elementos essenciais que transformam o processo educativo, promovendo interatividade, engajamento e aprendizado prático. A seguir, vamos explorar a importância e a aplicabilidade de projetores multimídia, lousas digitais e interativas, aparelhos de rede sem fio, e a robótica educacional.

Projeto Multimídia

O projetor multimídia tornou-se um instrumento indispensável em ambientes educacionais, permitindo a exibição de conteúdo visual e auditivo para um grande grupo de pessoas. As conexões de um projetor multimídia podem variar, incluindo HDMI, VGA, USB, e às vezes conexões sem fio como Wi-Fi ou Bluetooth, dependendo do modelo. Essa variedade permite a compatibilidade com uma ampla gama de dispositivos, desde computadores tradicionais até tablets e smartphones.

Existem diferentes modelos de projetores no mercado, variando em resolução, brilho (medido em lumens), tecnologia de projeção (como LCD e DLP), e funcionalidades (como interatividade e capacidade 3D). A escolha do modelo apropriado depende das necessidades específicas da sala de aula, incluindo o tamanho do espaço, a quantidade de luz ambiente, e o tipo de conteúdo a ser exibido.

Configurar um projetor com diferentes computadores geralmente envolve selecionar o tipo correto de conexão e ajustar as configurações de exibição no computador. É importante garantir que o projetor e o computador estejam configurados para a mesma resolução para otimizar a qualidade da imagem.

Lousa Digital e Lousa Interativa

Lousas digitais e interativas são tecnologias que transformaram o quadro-negro tradicional em uma superfície dinâmica que facilita a interatividade e a colaboração. Enquanto a lousa digital basicamente projeta conteúdo de um computador, permitindo o controle por meio de um dispositivo apontador, a lousa interativa vai além, permitindo que usuários interajam diretamente na superfície com canetas digitais ou toques.

O potencial dessas lousas é vasto, pois elas permitem a integração de diferentes mídias (textos, imagens, vídeos e sons), a utilização de softwares educacionais interativos, e a realização de

anotações em tempo real que podem ser salvas e compartilhadas posteriormente. A disponibilidade desses equipamentos tem crescido, tornando-os mais acessíveis para escolas e instituições educacionais.

Aparelho de Rede Sem Fio

Os aparelhos de rede sem fio, ou roteadores, são essenciais para fornecer acesso à Internet sem a necessidade de cabos, promovendo a mobilidade e a flexibilidade dentro do ambiente educacional. Identificar uma rede sem fio geralmente envolve buscar as redes disponíveis nas configurações de Wi-Fi do dispositivo e selecionar a rede desejada.

Para configurar um aparelho para acesso sem fio, geralmente é necessário conectar-se à rede do roteador, acessar uma página de configuração via navegador usando o endereço IP do roteador, e seguir as instruções para configurar a rede, incluindo a seleção do nome da rede (SSID) e da senha. É crucial garantir a segurança da rede, escolhendo uma senha forte e considerando configurações de segurança avançadas como a filtragem de MAC ou a criptografia WPA2.

Projeto Robótica Educacional

A robótica educacional representa uma área inovadora, que utiliza a robótica como ferramenta para ensinar conceitos de ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática (STEAM). Casos de sucesso em robótica educacional demonstram seu potencial em desenvolver habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas, trabalho em equipe, e criatividade.

A Olimpíada de Robótica, por exemplo, é um evento que desafia estudantes a projetar, construir e programar robôs para realizar tarefas específicas, promovendo o interesse pela ciência e tecnologia. A robótica educacional pode envolver tanto hardware livre, como Arduino, quanto hardware proprietário, oferecendo aos educadores uma ampla gama de opções para adequar as atividades às suas necessidades pedagógicas.

A demonstração dos equipamentos de robótica em sala de aula permite que os alunos vejam a aplicação prática dos conceitos aprendidos, além de proporcionar uma experiência de aprendizado mão na massa que é tanto educativa quanto motivadora.

Os equipamentos de informática na educação, como projetores multimídia, lousas digitais e interativas, aparelhos de rede sem fio, e a robótica educacional, são ferramentas poderosas que enriquecem o ambiente de aprendizagem. Eles promovem a interatividade, facilitam o acesso à informação, incentivam a colaboração, e preparam os estudantes para o futuro. À medida que a tecnologia avança, é essencial que educadores e instituições continuem a explorar e integrar essas ferramentas para maximizar o potencial de aprendizado dos alunos.

COLABORAÇÃO NA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: FERRAMENTAS DE SOFTWARE GRATUITAS PARA COLABORAÇÃO; PORTAIS DE CONTEÚDO EDUCACIONAL; BLOG, WIKI, VLOG, REDES SOCIAIS TEMÁTICAS; AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM

A colaboração na educação contemporânea transcende as fronteiras físicas das salas de aula, incorporando uma miríade de ferramentas digitais e estratégias online que enriquecem o aprendizado e fomentam a interação entre alunos, professores e a comunidade educacional em larga escala. Este ecossistema colaborativo é sustentado por uma ampla gama de recursos tecnológicos, incluindo software gratuito, portais de conteúdo educacional, e ambientes virtuais de aprendizagem, cada um contribuindo de maneira única para o processo educativo.

Ferramentas de Software Gratuitas para Colaboração

No cerne da educação colaborativa estão as ferramentas de software gratuitas que facilitam a comunicação, o compartilhamento de recursos e a gestão conjunta de projetos. Plataformas como Google Classroom, Moodle e Edmodo permitem que professores criem turmas virtuais, distribuam material didático, atribuam tarefas e monitorem o progresso dos alunos. Além disso, ferramentas de produtividade como Google Docs, Sheets e Slides possibilitam a edição colaborativa de documentos em tempo real, promovendo uma dinâmica de trabalho em equipe e feedback instantâneo.

Software de gerenciamento de projetos, como Trello e Asana, também pode ser adaptado para fins educacionais, auxiliando na organização de projetos de grupo e na distribuição de responsabilidades. A facilidade de acesso e a natureza intuitiva dessas ferramentas as tornam particularmente valiosas em ambientes educacionais, estimulando a colaboração efetiva e o aprendizado ativo.

Portais de Conteúdo Educacional; Blog, Wiki, Vlog, Redes Sociais Temáticas

A internet está repleta de portais de conteúdo educacional que oferecem acesso gratuito a uma vasta coleção de recursos, desde artigos acadêmicos e vídeos a planos de aula e atividades interativas. Sites como Khan Academy, Coursera e TED-Ed fornecem materiais educativos de alta qualidade que podem complementar o currículo tradicional, oferecendo aos alunos oportunidades adicionais de aprendizado autodirigido.

Blogs educacionais e wikis são plataformas poderosas para a disseminação de conhecimento e a troca de ideias. Educadores e estudantes podem criar e contribuir com conteúdo, abordando tópicos específicos, relatando experiências de aprendizado e discutindo novas metodologias de ensino. Vlogs (videoblogs) educacionais no YouTube e em outras plataformas de compartilhamento de vídeo também se tornaram uma forma popular de ensinar conceitos complexos por meio de visualizações atraentes e explicações detalhadas.

Redes sociais temáticas, como grupos no Facebook ou fóruns especializados, fornecem espaços para comunidades de aprendizado focadas em áreas de interesse específicas. Esses ambientes promovem a troca de recursos, o apoio mútuo e a discussão acadêmica, estreitando as relações entre pessoas com interesses comuns.

Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA)

Os Ambientes Virtuais de Aprendizagem representam a espinha dorsal da educação colaborativa online. Plataformas como Blackboard, Canvas e o já mencionado Moodle são exemplos de AVAs que oferecem uma infraestrutura integrada para a entrega de cursos online. Esses ambientes suportam uma ampla gama de atividades educacionais, incluindo fóruns de discussão, quizzes, sessões de chat em tempo real e a submissão de trabalhos, facilitando uma experiência de aprendizado rica e interativa.

Os AVAs são projetados para serem acessíveis, permitindo que alunos de diferentes contextos participem do processo educativo. Eles são particularmente úteis para alcançar estudantes que, de outra forma, seriam marginalizados devido a barreiras geográficas ou limitações físicas, democratizando o acesso à educação de qualidade.

A colaboração na educação contemporânea é profundamente influenciada pelo avanço tecnológico e pela disponibilidade de ferramentas digitais gratuitas. Esses recursos facilitam a criação de comunidades de aprendizado dinâmicas e interativas, onde o conhecimento é compartilhado, debatido e enriquecido. As ferramentas de software para colaboração, portais de conteúdo educacional, blogs, wikis, vlogs, redes sociais temáticas e ambientes virtuais de aprendizagem são componentes essenciais desse ecossistema, cada um contribuindo de forma única para a expansão das fronteiras educacionais. À medida que exploramos e integramos essas ferramentas no processo de aprendizagem, abrimos novos caminhos para uma educação mais inclusiva, engajada e eficaz.

ANÁLISE E CONSTRUÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM

A análise e construção de objetos de aprendizagem são fundamentais no contexto da educação moderna, onde a integração de tecnologias digitais tem transformado profundamente as metodologias de ensino e aprendizagem. Objetos de aprendizagem são recursos digitais, tais como simulações, vídeos, quizzes interativos, e conjuntos de dados, que podem ser usados e reusados para apoiar o aprendizado. Conheça a seguir os princípios, processos e práticas envolvidos na análise e construção desses recursos, destacando sua importância na criação de experiências educacionais enriquecedoras e eficazes.

Definição e Importância dos Objetos de Aprendizagem

Objetos de aprendizagem são definidos como quaisquer entidades, digitais ou não, que possam ser usadas, reusadas ou referenciadas durante o aprendizado apoiado por tecnologia. A importância dos objetos de aprendizagem reside em sua capacidade de oferecer conteúdo educacional modular, flexível e acessível, que pode ser adaptado a diversos contextos de aprendizagem e necessidades individuais dos alunos.

Princípios da Construção de Objetos de Aprendizagem

- Reusabilidade

Um dos princípios centrais na criação de objetos de aprendizagem é a reusabilidade. Eles devem ser projetados de forma a serem facilmente integrados em diferentes módulos de ensino, cursos ou programas educacionais, sem a necessidade de modificações significativas.

- Interoperabilidade

Os objetos de aprendizagem devem ser capazes de operar em diferentes plataformas e ambientes de aprendizagem. Isso exige a adesão a padrões abertos e especificações técnicas que assegurem sua compatibilidade e funcionamento em diversos sistemas de gestão de aprendizagem (LMS).

- Modularidade

A modularidade refere-se à concepção de objetos de aprendizagem como componentes independentes que podem ser combinados de várias maneiras para criar experiências de aprendizado personalizadas. Isso permite aos educadores montar e ajustar conteúdos educacionais de acordo com os objetivos específicos de aprendizagem.

- Acessibilidade

Os objetos de aprendizagem devem ser acessíveis a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências. Isso implica no design inclusivo, que considera diversos métodos de interação, bem como o cumprimento das diretrizes de acessibilidade web.

Processo de Construção de Objetos de Aprendizagem

- **Análise de Necessidades:** Identificar as necessidades de aprendizagem dos alunos e os objetivos educacionais que os objetos de aprendizagem devem atender.
- **Design Instrucional:** Planejar a estrutura e o conteúdo dos objetos de aprendizagem, escolhendo os formatos e as estratégias pedagógicas mais adequados.
- **Desenvolvimento:** Criar os objetos de aprendizagem, utilizando ferramentas de autoria e desenvolvimento de software, e assegurando que os princípios de reusabilidade, interoperabilidade, modularidade e acessibilidade sejam observados.
- **Avaliação e Revisão:** Implementar uma avaliação piloto dos objetos de aprendizagem com alunos reais ou especialistas em educação para coletar feedback e realizar ajustes necessários.
- **Implementação e Integração:** Disponibilizar os objetos de aprendizagem para uso em contextos educacionais específicos, integrando-os em LMS ou outros ambientes virtuais de aprendizagem.

Desafios e Considerações Futuras

Apesar dos benefícios significativos dos objetos de aprendizagem, existem desafios na sua análise e construção, incluindo questões de direitos autorais, a necessidade de padrões tecnológicos consistentes, e a garantia de qualidade e relevância educacional. Além disso, é essencial que os educadores estejam equipados com as competências necessárias para integrar efetivamente esses recursos em suas práticas de ensino.

Olhando para o futuro, a análise e construção de objetos de aprendizagem continuarão a evoluir com o avanço das tecnologias educacionais. A inteligência artificial e a aprendizagem adaptativa prometem oferecer novas possibilidades para a personalização do aprendizado, enquanto a realidade aumentada e a realidade virtual podem enriquecer ainda mais os objetos de aprendizagem com experiências imersivas e interativas.

A análise e construção de objetos de aprendizagem são elementos chave na educação contemporânea, oferecendo oportunidades sem precedentes para enriquecer o ensino e o aprendizado. Ao adotar uma abordagem cuidadosa e fundamentada nesses princípios, educadores e desenvolvedores podem criar recursos

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor Pedagogo

SOCIEDADE, CULTURA E EDUCAÇÃO

1. Introdução: Definindo Sociedade, Cultura e Educação

Os conceitos de sociedade, cultura e educação são interdependentes e fundamentais para a compreensão das dinâmicas que regem a vida humana em comunidade.

A sociedade pode ser entendida como o conjunto de pessoas que compartilham um espaço geográfico e estabelecem relações organizadas por normas, valores e instituições.

Cultura, por sua vez, refere-se ao conjunto de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes e outras capacidades e hábitos adquiridos pelo ser humano como membro da sociedade, conforme a clássica definição de Edward Tylor.

Já a educação é o processo pelo qual indivíduos são socializados e adquirem as competências e valores necessários para participar da vida social.

Esses três elementos estão intrinsecamente ligados: a sociedade cria e mantém a cultura, que por sua vez é transmitida e transformada por meio da educação. A educação, então, não é apenas uma ferramenta para a transmissão de conhecimento técnico ou acadêmico, mas também um meio pelo qual os valores e normas culturais são perpetuados ou questionados. Entender essa relação é crucial para qualquer análise sobre o papel da educação na sociedade moderna, especialmente em contextos de grande diversidade cultural e social.

2. A Educação como Instrumento de Transmissão Cultural

A educação desempenha um papel central na transmissão cultural, atuando como o principal veículo através do qual os valores, crenças e práticas de uma sociedade são passados de uma geração para outra. Tanto a educação formal, representada por escolas e universidades, quanto a informal, que ocorre através das interações familiares e comunitárias, são fundamentais nesse processo.

No ambiente escolar, por exemplo, o currículo explicitamente ensina certos conteúdos que refletem o que a sociedade considera importante. Além disso, a escola também transmite normas e valores culturais de maneira implícita, através do chamado currículo oculto – as normas de comportamento, as hierarquias de poder, as expectativas de gênero, entre outros aspectos. Esse processo de socialização através da educação ajuda a moldar a identidade cultural dos indivíduos, preparando-os para participarem ativamente da vida social.

Por outro lado, a educação também pode ser uma força de transformação cultural. Ao introduzir novas ideias e perspectivas, a educação tem o potencial de desafiar e reformular valores e práticas culturais estabelecidas. Isso é especialmente evidente em contextos de globalização, onde a interação entre diferentes culturas dentro do ambiente educacional pode levar à criação de novas formas culturais híbridas.

3. Educação e Diversidade Cultural

A diversidade cultural nas salas de aula apresenta tanto desafios quanto oportunidades para o sistema educacional. Em sociedades multiculturais, é fundamental que a educação reconheça e valorize as diferentes culturas presentes, promovendo a inclusão e o respeito pela diversidade. Isso requer a implementação de currículos que sejam sensíveis às diferentes perspectivas culturais, bem como a capacitação de professores para lidar com a heterogeneidade cultural de forma construtiva.

A inclusão da diversidade cultural na educação pode ser vista através de diferentes estratégias, como a introdução de histórias e conteúdos de diversas culturas nos materiais didáticos, o uso de metodologias de ensino que consideram as diferentes formas de aprendizagem culturalmente influenciadas, e a promoção de um ambiente escolar que respeite e celebre a diversidade. No entanto, isso também exige superar desafios, como preconceitos arraigados, estereótipos e a resistência a mudanças por parte de algumas partes da comunidade escolar.

A educação multicultural não apenas beneficia os estudantes de minorias culturais, mas também enriquece a experiência educacional de todos os estudantes, preparando-os para viver e trabalhar em sociedades cada vez mais diversificadas e interconectadas globalmente.

4. A Influência da Cultura na Formação dos Sistemas Educacionais

Os sistemas educacionais não existem em um vácuo; eles são profundamente influenciados pelos valores, crenças e práticas culturais das sociedades nas quais estão inseridos. Cada sociedade, ao definir o que é importante ensinar às suas futuras gerações, faz escolhas baseadas em sua herança cultural, histórica e social.

Por exemplo, em sociedades onde o coletivo é valorizado sobre o individual, como em muitos países asiáticos, o sistema educacional tende a enfatizar a disciplina, a obediência e o respeito à autoridade. Já em sociedades mais individualistas, como em grande parte do Ocidente, a educação pode ser mais focada em estimular a criatividade, a autonomia e o pensamento crítico. Essas diferenças culturais afetam não apenas o currículo formal, mas também as práticas pedagógicas, a organização das escolas e as expectativas em relação ao desempenho dos alunos.

Além disso, a cultura também influencia as metodologias de ensino. Em alguns contextos, há uma preferência por métodos mais tradicionais, como palestras e memorização, enquanto em outros, metodologias mais interativas e baseadas em projetos são promovidas. O conteúdo curricular também reflete a cultura dominante; por exemplo, a história nacional pode ser ensinada de maneiras que reforcem um certo patriotismo ou orgulho cultural, ou, alternativamente, de forma a criticar e refletir sobre o passado.

Essa relação entre cultura e educação pode ser observada em diferentes aspectos:

- Currículo: A seleção de disciplinas, autores, e perspectivas que são ensinadas nas escolas refletem os valores e prioridades culturais de uma sociedade.

- Ritmos escolares: Datas comemorativas e feriados escolares são escolhidos com base nas tradições e na cultura local.

- Expectativas sociais: A maneira como o sucesso educacional é medido – se por notas, testes padronizados ou habilidades práticas – também é culturalmente moldada.

5. Sociedade, Educação e Transformação Social

A educação é frequentemente vista como um motor de transformação social. Ao longo da história, movimentos sociais têm utilizado a educação como uma ferramenta para promover mudanças e construir uma sociedade mais justa e equitativa. Isso se dá, principalmente, pela capacidade da educação de conscientizar os indivíduos sobre suas realidades, direitos e deveres, além de prepará-los para a participação ativa na vida política e social.

Movimentos como o da educação popular, liderado por figuras como Paulo Freire, destacam a importância da educação como prática de liberdade, onde o conhecimento é construído de maneira crítica e dialógica, capacitando os indivíduos a questionarem a ordem estabelecida e a trabalharem coletivamente por mudanças sociais. Essa perspectiva vê a educação não apenas como um processo de transmissão de conhecimentos, mas como um ato político, onde o objetivo é a emancipação dos indivíduos e a transformação da sociedade.

Além disso, a educação desempenha um papel central na promoção da igualdade de oportunidades e na redução das desigualdades sociais. Programas educacionais voltados para populações historicamente marginalizadas, como políticas de cotas raciais e sociais em universidades, são exemplos de como a educação pode ser usada para corrigir desigualdades estruturais e promover a inclusão social.

Entretanto, a educação também pode ser um campo de reprodução de desigualdades, especialmente quando o acesso a uma educação de qualidade é limitado por fatores socioeconômicos, geográficos ou culturais. Assim, a luta por uma educação equitativa e inclusiva continua sendo um desafio central para as sociedades contemporâneas.

6. Conclusão: A Interdependência entre Sociedade, Cultura e Educação

A análise da interdependência entre sociedade, cultura e educação revela a complexidade das relações que moldam a vida social. A sociedade cria a cultura e, ao mesmo tempo, é formada por ela. A educação, por sua vez, atua como um elo essencial nesse processo, ao transmitir, transformar e questionar os valores e normas culturais que regem as interações sociais.

A educação é, portanto, um reflexo da sociedade e da cultura em que está inserida, mas também uma força potencial para a transformação social. Ela pode tanto perpetuar quanto desafiar as estruturas de poder e os sistemas de valores existentes, dependendo de como é implementada e dos objetivos que busca alcançar.

Ao entender a educação como um processo cultural e social, os educadores e formuladores de políticas públicas podem trabalhar para desenvolver sistemas educacionais que sejam mais inclusivos, que valorizem a diversidade cultural e que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A educação,

quando orientada por princípios de justiça social e respeito à diversidade, tem o potencial de ser uma força poderosa na criação de um futuro mais igualitário e democrático.

Essa interdependência contínua exige uma reflexão crítica e constante sobre o papel da educação em nossas vidas e em nossa sociedade. Ela nos convoca a olhar além do simples ato de ensinar e aprender, e a considerar como o que ensinamos e aprendemos molda e é moldado pelas forças culturais e sociais ao nosso redor. Desta forma, podemos utilizar a educação não apenas como um meio de desenvolvimento pessoal, mas como um caminho para a construção coletiva de um mundo melhor.

APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

1. Introdução: Conceitos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Aprendizagem e desenvolvimento são dois conceitos centrais no campo da educação e da psicologia, sendo frequentemente utilizados para descrever processos que, embora distintos, estão profundamente interconectados. Aprendizagem refere-se ao processo de aquisição de novos conhecimentos, habilidades, atitudes ou valores, geralmente através de experiências, estudos ou instruções. É um processo contínuo que pode ocorrer em diversos contextos, formais e informais.

Desenvolvimento, por outro lado, é um conceito mais amplo que se refere às mudanças e progressos que ocorrem ao longo da vida, tanto em termos físicos quanto cognitivos, emocionais e sociais. O desenvolvimento envolve uma série de etapas ou fases, que são influenciadas por fatores biológicos, ambientais e culturais.

A inter-relação entre aprendizagem e desenvolvimento é complexa e multifacetada. Por um lado, o desenvolvimento cria as condições e capacidades necessárias para que a aprendizagem ocorra. Por outro lado, a aprendizagem contribui para o desenvolvimento, permitindo que os indivíduos adquiram e aperfeiçoem as habilidades e conhecimentos necessários para progredir em diferentes áreas da vida. Compreender essa inter-relação é crucial para desenvolver práticas educativas eficazes que promovam o crescimento e o sucesso dos alunos.

2. Principais Teorias do Desenvolvimento Humano

Diversas teorias têm sido propostas para explicar o desenvolvimento humano, cada uma oferecendo uma perspectiva única sobre como as pessoas crescem e mudam ao longo do tempo. Entre as teorias mais influentes estão as de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Erik Erikson.

- Jean Piaget propôs uma teoria do desenvolvimento cognitivo que sugere que as crianças passam por uma série de estágios de desenvolvimento, cada um caracterizado por diferentes formas de pensar e compreender o mundo. Ele identificou quatro estágios principais: sensorio-motor, pré-operacional, operacional concreto e operacional formal. A teoria de Piaget destaca a importância do desenvolvimento cognitivo como um processo ativo, onde as crianças constroem seu conhecimento através da interação com o ambiente.

- Lev Vygotsky, por sua vez, enfatizou o papel da cultura e das interações sociais no desenvolvimento cognitivo. Sua teoria da zona de desenvolvimento proximal (ZDP) sugere que as crianças aprendem

dem mais efetivamente quando são apoiadas por adultos ou colegas mais experientes, que as ajudam a realizar tarefas que seriam difíceis de fazer sozinhas. Vygotsky destacou que o desenvolvimento é profundamente influenciado pelo contexto social e cultural, tornando a aprendizagem um processo colaborativo.

- Erik Erikson propôs uma teoria psicossocial do desenvolvimento que se concentra nos desafios e crises que os indivíduos enfrentam em diferentes estágios da vida. Erikson identificou oito estágios de desenvolvimento, cada um associado a uma crise específica que deve ser resolvida para que o indivíduo progrida de forma saudável. Esta teoria oferece uma visão abrangente de como o desenvolvimento é moldado por fatores psicossociais e como esses fatores influenciam a aprendizagem e a formação da identidade.

Essas teorias fornecem uma base para entender como o desenvolvimento ocorre e como ele afeta a capacidade de aprendizagem dos indivíduos em diferentes estágios da vida.

3. Teorias da Aprendizagem e suas Implicações Educacionais

Assim como o desenvolvimento, a aprendizagem também é explicada por várias teorias, cada uma delas oferecendo insights importantes sobre como os indivíduos adquirem conhecimento e habilidades.

- **Behaviorismo:** Esta teoria, associada a nomes como B.F. Skinner e John Watson, vê a aprendizagem como uma mudança de comportamento resultante de respostas a estímulos do ambiente. O behaviorismo enfatiza o papel do reforço e da repetição na aprendizagem, e tem influenciado práticas educacionais como o uso de recompensas e punições para moldar o comportamento dos alunos.

- **Cognitivismo:** Em contraste com o behaviorismo, o cognitivismo foca nos processos mentais que estão por trás da aprendizagem, como a percepção, a memória e a resolução de problemas. Jean Piaget e Jerome Bruner são figuras chave nesse campo, destacando a importância de como os indivíduos processam e organizam informações.

- **Construtivismo:** Influenciado pelas ideias de Piaget e Vygotsky, o construtivismo sugere que a aprendizagem é um processo ativo, no qual os indivíduos constroem seu próprio conhecimento através da experiência e da reflexão. No contexto educacional, essa teoria promove abordagens de ensino que incentivam os alunos a explorar, questionar e construir entendimento de forma colaborativa.

Cada uma dessas teorias tem implicações significativas para a prática educacional. O behaviorismo pode sugerir estratégias baseadas em reforços, enquanto o cognitivismo pode incentivar o uso de técnicas que ajudem os alunos a organizar e reter informações. O construtivismo, por sua vez, promove um ensino mais centrado no aluno, onde o papel do professor é facilitar a construção ativa do conhecimento.

4. O Papel da Educação no Desenvolvimento Cognitivo e Social

A educação desempenha um papel crucial no desenvolvimento cognitivo e social dos indivíduos, influenciando a maneira como pensam, interagem e se relacionam com o mundo ao seu redor. O

desenvolvimento cognitivo refere-se ao crescimento das habilidades mentais, como memória, raciocínio, resolução de problemas e compreensão de conceitos abstratos. A educação, especialmente a formal, estrutura oportunidades para que esses processos cognitivos se desenvolvam de maneira sistemática e progressiva.

Um dos aspectos mais importantes da educação no desenvolvimento cognitivo é a maneira como ela organiza o conhecimento em disciplinas e sequências de aprendizagem. Ao expor os alunos a uma variedade de temas, desde as ciências até as artes, a educação amplia a capacidade dos indivíduos de pensar criticamente, fazer conexões entre conceitos e aplicar o conhecimento em contextos diversos. Além disso, a educação promove o desenvolvimento de habilidades metacognitivas, ou seja, a capacidade dos alunos de refletirem sobre o próprio processo de aprendizagem e de ajustarem suas estratégias para aprender de forma mais eficaz.

No campo do desenvolvimento social, a educação tem um impacto igualmente significativo. As interações sociais que ocorrem no ambiente escolar, como o trabalho em grupo, as discussões em sala de aula e a participação em atividades extracurriculares, são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação, cooperação e empatia. A escola é um microcosmo da sociedade, onde os alunos aprendem a conviver com a diversidade, a lidar com conflitos e a construir relacionamentos baseados em respeito e entendimento mútuo.

Além disso, a educação formalizada contribui para a internalização de normas e valores sociais, preparando os alunos para sua futura participação na vida cívica e profissional. As interações entre professores e alunos, assim como as relações entre os pares, fornecem modelos de comportamento e expectativas que ajudam a moldar o desenvolvimento social dos indivíduos. Assim, a educação não apenas facilita o desenvolvimento cognitivo e social, mas também prepara os indivíduos para contribuírem positivamente para a sociedade.

5. Aprendizagem ao Longo da Vida: Desenvolvimento Contínuo

A ideia de aprendizagem ao longo da vida é central no contexto educacional contemporâneo, especialmente diante das rápidas mudanças tecnológicas, sociais e econômicas. Esse conceito reconhece que a aprendizagem não se restringe aos anos de escolaridade formal, mas continua ao longo de toda a vida, em diferentes contextos e por diferentes meios.

O desenvolvimento contínuo através da aprendizagem ao longo da vida é essencial para a adaptação às novas realidades e para a manutenção da relevância no mercado de trabalho. À medida que as exigências profissionais mudam com o avanço tecnológico e a globalização, os indivíduos precisam atualizar suas habilidades e conhecimentos de forma contínua. Isso inclui a aprendizagem formal, como cursos de educação continuada, treinamentos e especializações, bem como a aprendizagem informal, que ocorre através de experiências pessoais, hobbies e interações sociais.

Políticas educacionais que promovem a aprendizagem ao longo da vida são fundamentais para garantir que todos tenham acesso a oportunidades de desenvolvimento contínuo. Essas políticas incluem a promoção de ambientes de aprendizagem acessíveis, a flexibilização dos currículos para acomodar estudantes de diferentes idades e contextos, e o incentivo ao aprendizado autodirigido e ao uso de tecnologias educacionais.

Além disso, a aprendizagem ao longo da vida tem implicações significativas para o desenvolvimento pessoal e a cidadania ativa. Ela permite que os indivíduos se envolvam de maneira informada e crítica com questões sociais, políticas e ambientais, promovendo uma sociedade mais participativa e resiliente. O conceito de aprendizagem ao longo da vida reflete, portanto, uma visão de desenvolvimento humano que é dinâmica, contínua e orientada para a adaptação e o crescimento em um mundo em constante mudança.

6. Conclusão: Integração entre Aprendizagem e Desenvolvimento

Ao longo deste texto, exploramos como os conceitos de aprendizagem e desenvolvimento estão profundamente interligados e são essenciais para a compreensão do crescimento humano em diversos aspectos. A aprendizagem, sendo um processo contínuo e multifacetado, é um dos principais motores do desenvolvimento, moldando a maneira como os indivíduos pensam, interagem e se adaptam ao mundo ao seu redor.

As principais teorias do desenvolvimento humano e da aprendizagem fornecem uma base sólida para entender como esses processos ocorrem e como podem ser apoiados através da educação. A teoria de Piaget, Vygotsky, Erikson e outras destacam a importância das interações sociais, do contexto cultural e das etapas de desenvolvimento na formação do conhecimento e das habilidades.

O papel da educação é, portanto, fundamental para o desenvolvimento cognitivo e social, preparando os indivíduos não apenas para o sucesso acadêmico e profissional, mas também para a participação ativa na sociedade. Além disso, a educação ao longo da vida emerge como uma necessidade imperativa em um mundo em rápida transformação, garantindo que os indivíduos possam continuar a crescer, adaptar-se e contribuir de maneira significativa em todas as fases da vida.

Em última análise, a integração entre aprendizagem e desenvolvimento oferece uma perspectiva holística sobre o crescimento humano, enfatizando a importância de ambientes educativos que sejam inclusivos, dinâmicos e orientados para o desenvolvimento contínuo. Essa abordagem integrada não só beneficia os indivíduos em seu desenvolvimento pessoal e profissional, mas também fortalece a sociedade como um todo, promovendo uma cidadania mais informada, ativa e resiliente.

TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO

— Introdução

O momento político e cultural em que a sociedade se encontra, influencia diretamente nas tendências pedagógicas em face a atuação dos movimentos sociais e filosóficos. Nesse contexto, podemos dividi-las em duas linhas: Liberais e Progressistas.

As tendências pedagógicas liberais são aquelas que defendem que os indivíduos precisam se adaptar aos valores e às normas da sociedade, sendo a escola responsável por preparar o aluno para desempenhar papéis sociais. São tendências liberais a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Renovadora Progressista, a Renovadora Não Diretiva (Nova Escola) e a Tecnicista.

As tendências pedagógicas progressistas refletem criticamente a cerca das realidades sociais, sendo a educação responsável por possibilitar a compreensão dessas realidades, explicando o papel

do sujeito na construção da sua realidade. Dentro do espectro progressista, consideramos as tendências libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

— Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional objetiva a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes. Os conteúdos escolares não levam em conta a realidade social dos alunos, assim como a capacidade cognitiva dos mesmos, sendo tratados como verdades absolutas, concentradas na figura do professor que é o detentor do conhecimento. A metodologia utilizada baseia-se na memorização, tornando a aprendizagem mecânica e passiva.

— Pedagogia Nova

A pedagogia nova é dividida em pedagogia renovada e renovada não diretiva, também chamada de nova escola.

A pedagogia renovada leva o aluno a aprender e construir conhecimento, de acordo com as fases do seu desenvolvimento. A metodologia adotada baseia-se em experimentos e pesquisas. O professor passa a trabalhar como mediador do processo de aprendizagem, propondo desafios como forma de estimular o desenvolvimento do aluno.

Já na pedagogia renovada não diretiva, o desenvolvimento da personalidade do aluno, o autoconhecimento e a realização pessoal ganham importância e os conteúdos passam a ter significação pessoal, com o objetivo de criar maior motivação e a relação professor-aluno é marcada pelo estabelecimento da afetividade.

— Pedagogia Tecnicista

A pedagogia tecnicista prioriza a formação profissionalizante, moldando o aluno ao modelo social vigente. Os conteúdos são apresentados de forma objetiva, sendo a transmissão deles de responsabilidade do professor, enquanto o aluno participa como mero receptor da informação.

— Teorias Crítico-Reprodutivistas

As Teorias Crítico-Reprodutivistas destacam o papel reprodutivista da educação na escola que tem como função reproduzir as condições vigentes na sociedade, sem buscar mudanças.

As três principais correntes dessa linha de pensamento são:

— Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica:

aponta como papel da escola contribuir para a sociedade dividida em classes (burguesia e proletariado), reforçando a medição de forças entre elas. A material que se relaciona a divisão entre ricos e pobres e a cultural, onde os valores da classe dominante são impostos a todos na escola.

— Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE):

aponta a escola como instrumento de reprodução do sistema capitalista, pois agrupa todas as crianças de todas as classes sociais impondo a elas o aprendizado da ideologia dominante.

— Teoria da Escola Dualista:

defende que existem apenas duas escolas, aquela que forma a força de trabalho, ou seja, o proletariado e a que forma os filhos da burguesia, atuando desse modo, para o fortalecimento da divisão de classes e do regime capitalista.

— Neoprodutivismo

O Neoprodutivismo é uma corrente de pensamento que atribui ao indivíduo a responsabilidade na busca pela formação no sistema educacional, de modo que adquira empregabilidade, em

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

LEGISLAÇÃO

CONSTITUIÇÃO FEDERAL/88 –CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO;SEÇÃO I – DA EDUCAÇÃO

Educação, Cultura e Desporto

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Zf8RGtIp-QiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGGdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156 - A;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156 - A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156 - A, §2º; e(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no §2º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementarará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no §1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica - se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no §1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o §5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário - educação de que trata o §6º do art. 212 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea “a” do inciso V do caput deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§2º Além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X do caput deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade

de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, nos termos da lei.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não - lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

**LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL
-LEI 9.394/96 E ALTERAÇÕES**

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

**TÍTULO III
DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)